

RELATÓRIO

1º ANO DE GESTÃO



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO

Biênio 2020/2022

Presidente
José Antonio Vieira de Freitas Filho

Vice-Presidenta
Lydiane Machado e Silva

Secretária-Geral
Adriane Arnt Herbst

Diretora Cultural e de Assuntos Científicos
Ana Gabriela Oliveira de Paula

Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios
André Canuto de Figueiredo Lima

Diretor de Assuntos Legislativos
Antonio de Oliveira Lima

Diretor de Relações Institucionais
Bruno Martins Mano Teixeira

Diretora de Assuntos Jurídicos
Carolina Marzola Hirata

Diretora Social e de Eventos
Cindi Ellou Lopes

Diretora de Comunicação
Cláudia de Mendonça Braga Soares

Diretor de Assuntos de Aposentados e Aposentadas
Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade

Diretor Financeiro
Paulo Gonçalves Veloso

Produção
Assessoria de Comunicação

Redação
José Antonio Vieira de Freitas Filho
Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade

Revisão
Gustavo Rocha

Designer Gráfico
Júlio Leitão

05/05

- A Chapa Democracia e Representatividade é eleita. A nova Diretoria dirige-se ao Colégio de Associados e Associadas, por mensagem no *gamma*, agradecendo o voto de confiança recebido.

06/05

- Início do processo de transição administrativa, por sucessivas videoconferências.

11/05

- O Presidente eleito e a Vice-Presidenta eleita dirigem-se, nos autos do PGEA N° 20.02.0001.0002464/2020-23, à Subprocuradora-Geral do Trabalho, Edelamare Barbosa Melo, Conselheira Relatora, requerendo prazo para manifestação sobre a proposta de resolução que pretende disciplinar a destinação social de recursos e, se for o caso, apresentação de contraproposta, assegurada a oitiva do Colégio de Associados e Associadas. Requerimento deferido.

12/05

- A nova Diretoria, valendo-se do disposto no parágrafo único do art. 1º do Estatuto da ANPT, dirige-se ao Colégio de Associados e Associadas, por mensagem no *gamma*, para informar que, até o levantamento das restrições de deslocamentos decorrentes da pandemia, seus(suas) integrantes, incluindo o Presidente e a Vice-Presidenta, trabalharão remotamente, à disposição da Classe, por todas as vias disponíveis, inclusive por videoconferência.

- Na mesma mensagem, são apresentadas as prioridades iniciais de atuação, sem prejuízo de possível redirecionamento imposto por circunstâncias de fato e/ou de direito supervenientes:
 - composição das demais instâncias associativas – Colégio de Delegados(as) e Conselho Fiscal –, com absoluto respeito às disposições estatutárias pertinentes e aos mandatos em curso;
 - elisão do confisco previdenciário;
 - preservação dos direitos, garantias, vantagens e prerrogativas;
 - redução dos custos diretos, para os(as) associados(as), das atividades associativas;
 - implementação de eficientes canais e instrumentos de comunicação, sobretudo com os associados(as) aposentados e a sociedade;
 - compatibilização do interesse público com as legítimas necessidades pessoais dos Procuradores e Procuradoras, na perspectiva, especialmente relevante em um contexto de crise sanitária, de humanização dos serviços e de preservação da qualidade de vida no trabalho;
 - normatização interna e externa em consonância com as lícitas pretensões da Classe, de seus(suas) integrantes e dos(as) trabalhadores(as).
- Quanto ao diagnóstico acerca de temas institucionais e associativos relevantes, esclarece-se que será realizado quando for recuperada a tranquilidade necessária à exitosa reflexão coletiva, sem prejuízo de questionamentos virtuais pontuais imprescindíveis para que a atuação da Diretoria seja pautada, desde logo, pela efetiva vontade da Classe.

- O Presidente, a Vice-Presidenta, o Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas eleitos(as), atentos(as) aos impactos da crise sanitária, ao princípio da preservação da qualidade de vida e às disposições do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público do Trabalho, solicitam ao Procurador-Geral do Trabalho que o atendimento remoto, sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Integral à Saúde da Procuradoria-Geral do Trabalho, divulgado como “telemedicina”, passe expressamente a contemplar a assistência psicossocial e, em qualquer das suas modalidades, se estenda aos(às) aposentados(as), a dependentes e pensionistas, bem como que exorte os(as) Procuradores(as)-Chefes das Unidades Regionais que disponham de servidores(as) encarregados das atribuições inerentes às Seções de Assistência à Saúde, mesmo se não instituídas estas, a adotar igual postura. Sugerem, ainda, a constituição de um *pool* de servidores(as) encarregados(as) da assistência médica e psicossocial remota, sem restrição de beneficiários e com redirecionamento automático das demandas a quem tenha condições de atendê-las o mais pronta e adequadamente possível. O Procurador-Geral do Trabalho, em mensagem posterior, explicita o alcance do teleatendimento, assegurando a extensão aos(às) aposentados(as).
- O Presidente Ângelo Fabiano Farias da Costa indica o Presidente eleito à Diretoria-Executiva do Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União – Plan-Assiste, como representante das entidades de classe dos(s) Membros(as) do MPU no respectivo Conselho Gestor. A indicação é referendada pelos presidentes da ANPR, da ANMPM e da AMPDFT.

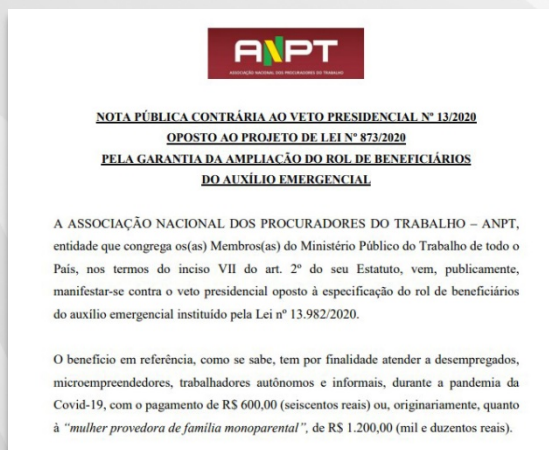
14/05

- O Presidente eleito e a Vice-Presidenta eleita participam, a convite do Presidente Ângelo Fabiano Farias da Costa, da primeira reunião da FRENTAS – Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público.
- Pela Portaria PGT nº 744/2020, o Presidente eleito e a Vice-Presidenta eleita obtêm licença para desempenho de mandato classista, a contar da data da posse. A Portaria PGT nº 745/2020 declara os Ofícios de que são titulares providos com designação suspensa – o do Presidente, considerando-se o início da transição administrativa, a partir de 06/05/2020, inclusive; e da Vice-Presidenta, a partir de 15/05/2020, inclusive.

15/05

- Posse formal da Diretoria – Biênio 2020/2022. Início do mandato.
- Protocolizada petição, nos autos da Ação Coletiva nº 1014728-48.2020.4.01.3400, que tem por objeto afastar a incidência das alíquotas previdenciárias progressivas (“confisco”), distribuída originariamente à 3ª Vara Federal do SJDF e paralisada desde a propositura em 16/03/2020, visando ao reconhecimento da sua conexão a outras, já com tutela de urgência deferida, em tramitação perante a 9ª Vara Federal do SJDF.
- O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas, atentos(as) ao compromisso de assegurar o amplo e pronto acolhimento de pretensões resultantes de necessidades peculiares, indagam os associados(as) aposentados(as) se desejam receber, em suas residências ou por qualquer outro modo que repute(m) o mais adequado, cópias ou vias de documentos gerados pela Associação ou pelo Ministério Público do Trabalho, como informes de rendimento, contracheques e extratos do Plan-Assiste.

18/05



- A conexão alegada é judicialmente reconhecida e se determina o envio dos autos da Ação Coletiva nº 1014728-48.2020.4.01.340 (alíquotas previdenciárias progressivas) à 9ª Vara Federal SJDF, declarada preventa.

Em defesa da ampliação do rol de beneficiários do auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982/2020, é emitida nota pública contrária ao Veto Presidencial nº 13/2020, oposto ao Projeto de Lei nº 873/2020.



Lançamento da campanha #derrubemoveto, com a publicação de *card* em redes sociais e adesão imediata da ANAMATRA.

➤ Envio da nota e do *card* aos(às) Parlamentares e a seus Gabinetes. Repercussão imediata.

19/05

➤ A ABRAT e o SINAIT aderem, sem restrições, à nota e à campanha.



Envio da versão da nota e dos *cards*, com as assinaturas e as logos acrescidas, aos(às) Parlamentares e a seus gabinetes.

21/05

- A posse da Diretoria é ratificada em solenidade por videoconferência, com transmissão ao vivo pelo canal da ANPT no Youtube.



A solenidade é prestigiada pelo Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, pelo Conselheiro/CNMP, Sebastião Caixeta, pelas Presidentas da AMB, da ABRAT e da ANAMATRA, Renata Gil, Alessandra Camarano e Noemia Porto, e pelo Presidente da CONAMP e Coordenador da FRENTAS, Manoel Murrieta – na foto, de cima para baixo, da esquerda para direita, com o Presidente e a Vice-Presidenta da ANPT.

25/05



1ª Reunião Ordinária da Diretoria.
[Clique aqui](#) e acesse a ata da reunião.

26/05



NOTA DE SOLIDARIEDADE E DE REPÚDIO

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), entidade representativa dos(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, vem publicamente externar sua solidariedade à Promotora Lilian Regina Furtado Braga, vítima de ameaças em razão do ajuizamento de ação civil pública por meio da qual se questiona o fim das medidas de *lockdown* no Município de Santarém.

Os áudios, veiculados em redes sociais, incitavam a população local a promover um buzinação em frente à residência da Promotora, como clara medida de retaliação e intimidação.

O direito fundamental à livre manifestação não pode servir de escudo para atos de violência física ou moral contra qualquer magistrado(a) ou membro(a) do Ministério Público. Possível discordância acerca da medida judicial adotada e da decisão correlata pode ser submetida ao Poder Judiciário, pelos meios processuais e legais adequados.

Nota Pública de solidariedade e de repúdio por ameaças dirigidas a Promotora de Justiça de Santarém/Pará, em razão do ajuizamento de ação civil pública por meio da qual questionava o fim das medidas de *lockdown* naquele Município.

27/05



**NOTA PÚBLICA CONTRA A INSERÇÃO NO RELATÓRIO DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 927/2020 DE MATÉRIAS ESTRANHAS AOS
PROPÓSITOS ORIGINÁRIOS DA SUA EDIÇÃO**

O FÓRUM INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA DO DIREITO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – FIDS, integrado por entidades de representação do mundo do trabalho e do campo social, organizações de trabalhadores, professores e pesquisadores, vem publicamente manifestar sua integral contrariedade ao Relatório da Medida Provisória nº 927/2020, publicado em 26 de maio, de autoria do Deputado Federal Celso Madaner (MDB/SC) com votação prevista para os próximos dias, que, ao contemplar matéria estranha ao texto original do ato normativo excepcional, afronta literalmente a Constituição da República.

É emitida nota pública, no âmbito do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – FIDS, do qual o Presidente da ANPT é Secretário-Executivo, contrária à inserção, no Relatório da MP nº 927/2020, de matérias já superadas e estranhas aos propósitos originários da edição. Subscreveram-na, além da ANPT, a ANAMATRA, a ABRAT, o SINAIT e outras 23 (vinte e três) entidades.

MP 927/2020



A MP 927 foi editada para a implementação de medidas de enfrentamento dos impactos da pandemia. Em respeito às disposições constitucionais e à autoridade do Poder Legislativo, o FIDS defende a impossibilidade de submissão ao Plenário da Câmara, antes da exclusão de matérias estranhas ao objetivo inicial, inseridas pelo relator e já superadas.



Divulgação de *card* nas redes sociais.

29/05



Reunião da FRENTAS – na foto, de cima para baixo, da esquerda para a direita, Trajano Sousa (AMPDFT), Marília Garcia (AMAGIS/DF), Fernando Mendes (AJUFE), Manoel Murrieta (CONAMP), Renata Gil (AMB), Fábio George (ANPR) e Noemia Porto (ANAMATRA), com o Presidente e a Vice-Presidenta da ANPT.

31/05



Em conjunto com a CONAMP, a AMB, a ANAMATRA, a AJUFE, a ANPR, a AMAGIS/DF, a ANMPM e a AMPDFT, é emitida nota pública em defesa da democracia e, conseqüentemente, da independência do Poder Judiciário e do Ministério Público, com ampla repercussão na mídia.

1º/06

- O Presidente da ANPT participa da primeira Sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, reiterando o compromisso de devotar especialíssima atenção aos deveres inerentes ao assento ali assegurado à ANPT, bem como o de adotar, nos processos internos e externos de normatização, postura proativa e decisiva, com a apresentação de pareceres, notas técnicas, propostas e contrapropostas, respeitada a vontade da Classe.



NOTA DE ESCLARECIMENTO E DE SOLIDARIEDADE
- LIBERDADE DE EXPRESSÃO DOS(AS) ASSOCIADOS(AS) -

O cerceamento da liberdade de expressão dos(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho, à condição de cidadãos(ãs) inerente, para além das vedações que já lhes são constitucionalmente impostas, preocupa, natural e intensamente, a Diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, que, portanto, contra ele se insurgirá, desenvolvendo, segundo a vontade da Classe, estratégias específicas, inclusive de articulação.

- Emissão de nota de esclarecimento acerca do modo associativo de defesa, individual e coletivamente, da liberdade de expressão dos(as) associados(as), à condição de cidadãos(ãs) inerente.

- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho em defesa da legalidade das aposentadorias concedidas sem exclusão dos quintos incorporados, solicitando-lhe que, instado a cumprir ordens contrárias do Tribunal de Contas da União, suscite formalmente dúvida, fundamentando-a em decisão do E. Supremo Tribunal Federal, de 18/12/2019, que, julgando embargos de declaração, modulou os efeitos de acórdão anterior, garantindo a quitação da vantagem, segundo o valor histórico e com incidência do teto remuneratório constitucional, até a integral absorção decorrente de reajustamentos posteriores dos subsídios.
- Divulga-se o edital de instauração do processo eleitoral destinado à recomposição do Colégio de Delegados(as).

02/06

- Divulga-se o edital de abertura de prazo para habilitação de associados(as) interessados(as) em assumir a Direção Pedagógica e em compor o Conselho Acadêmico da Escola da ANPT.

03/06



**NOTA PÚBLICA CONTRA A INSERÇÃO NO RELATÓRIO DA MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 927/2020 DE MATÉRIAS ESTRANHAS AOS
PROPÓSITOS ORIGINÁRIOS DA SUA EDIÇÃO**

O FÓRUM INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA DO DIREITO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – FIDS, integrado por entidades de representação do mundo do trabalho e do campo social, organizações de trabalhadores, professores e pesquisadores, vem publicamente manifestar sua integral contrariedade ao Relatório da Medida Provisória nº 927/2020, publicado em 26 de maio, de autoria do Deputado Federal Celso Madaner (MDB/SC) com votação prevista para os próximos dias, que, ao contemplar matéria estranha ao texto original do ato normativo excepcional, afronta literalmente a Constituição da República.

- Emite-se, no âmbito do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – FIDS, nota pública contrária à manutenção, no Parecer da MP nº 927/2020, de dispositivos prejudiciais aos(às) trabalhadores(as). Subscreveram-na, além da ANPT, a ANAMATRA, a ABRAT, o SINAIT e outras 54 (cinquenta e quatro) entidades.



A ANPT adere à Campanha Nacional do Ministério Público do Trabalho contra o risco de crescimento da exploração do trabalho infantil durante a pandemia.

04/06



A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, considerando o disposto no inciso VII do art. 2º do seu Estatuto, vem publicamente manifestar sua contrariedade à inserção, no Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória nº 927/2020, de um dispositivo tendente a alterar o art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Caso a alteração seja aprovada, as pausas térmicas de 20 minutos a cada 1h40min, essenciais à preservação da saúde das trabalhadoras e trabalhadores, ficariam restritas a um número reduzido, mais precisamente aos expostos a temperaturas inferiores a 4º na Escala Celsius, com prejuízos graves e irreparáveis a centenas de milhares de outros em um dos setores econômicos que mais geram doenças ocupacionais no Brasil, sendo certo, ainda, que os limites aos quais a CLT atualmente se refere, no parágrafo único do art. 253, já são bastante nocivos (de 10 a 15º).

➤ Emite-se nota pública contrária à inserção, no Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 927/2020, de um dispositivo para alteração do art. 253 da Consolidação das Leis do Trabalho, que restringiria as pausas térmicas de 20 minutos a cada 1h40 aos(às) trabalhadores(as) expostos a temperaturas inferiores a 4°C, menos de 5% (cinco por cento) dos cerca de 500 mil contratados pelo setor frigorífico, um dos que mais geram doenças ocupacionais no Brasil.

TRABALHO EM FRIGORÍFICOS

Pela manutenção das pausas térmicas essenciais à preservação da higiene dos trabalhadores e trabalhadoras de frigoríficos, segundo as temperaturas abusivamente previstas no art. 253 da CLT.

#NENHUMDIREITOMENOS

TRABALHO EM FRIGORÍFICOS

O mundo inteiro aplaude a legislação brasileira e a atuação do MPT no setor frigorífico. Enquanto isso, prosseguem, em nosso País, os tentativos de desregulamentação, prejudicial à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

#NENHUMDIREITOMENOS

TRABALHO EM FRIGORÍFICOS

O art. 34 Intervalo térmico em frigoríficos do PLV nº MP-927/20 contém matéria estranha ao objetivo final, que é a implementação de medidas para enfrentamento dos impactos da Covid-19.

A ANPT defende a não submissão ao Plenário, para votação, antes da exclusão.

#NENHUMDIREITOMENOS

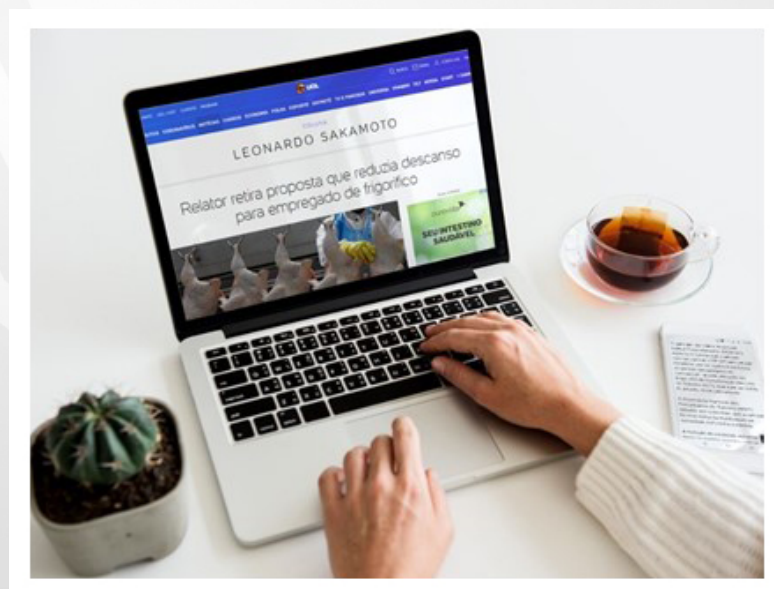
#NENHUMDIREITOMENOS

À nota segue-se uma campanha nas redes sociais, com ampla repercussão na Imprensa e entre os(as) Parlamentares.

GOBORU AL

“Nossa preocupação é que o setor frigorífico emprega cerca de 500 mil pessoas no Brasil e estamos convencidos de que as temperaturas às quais a CLT se refere já são nocivas à saúde. Se você as reduz assim, tão substancialmente, você expõe os trabalhadores a um risco ainda maior”

José Antônio Vieira de Freitas Filho, presidente da ANPT



- O Presidente, a Vice-Presidenta e o Diretor Financeiro, considerando a disponibilidade de recursos, informam aos(às) associados(as), que, para que se interrompa a sequência de contribuições em dobro, será diferida a destinada ao custeio do pecúlio devido aos(às) dependentes de colega falecido em maio. Comunicam, ainda, que 30% (trinta por cento) do superávit das receitas mensais da ANPT passarão a ser aplicados em um fundo de investimento específico, absolutamente seguro, com resgate automático e a melhor taxa de rendimento praticada no mercado, para utilização, nos limites das suas forças, na satisfação de futuros pecúlios.
- Reunião da FRENTAS. Em pauta, aquisição de licença-prêmio e articulação para possível reabertura do prazo para migração de regime previdenciário.

05/06

- Reunião dos(as) Presidentes(as) das entidades que integram a FRENTAS com a Secretaria de Previdência Social do Governo Federal. A reabertura do prazo para migração supostamente ainda estaria na pauta do governo federal, mas dificilmente ocorreria no atual cenário econômico. A manutenção das condições anteriormente oferecidas é tida por tecnicamente improvável. Cogita-se, se reaberto o prazo, de ampliação do período de apuração da média das contribuições previdenciárias e do divisor - anteriormente, 30 para mulheres e 35 para homens -, para torná-lo adequado às atuais regras previdenciárias. Diante das declarações ouvidas, a FRENTAS compromete-se a renovar o requerimento de reabertura, defendendo a manutenção das condições originárias, e a prosseguir com a articulação política necessária.

06/06

ABAIXO-ASSINADO

PAUSAS TÉRMICAS GARANTIDAS NO SETOR FRIGORÍFICO



TRABALHO EM

Vitória

Esta petição foi encerrada

1.072 assinaram. Vamos chegar a 2.000

- 1 Peter R. assinou 2 semanas atrás
- 2 Jeracl T. assinou 2 semanas atrás

1 José Antonio V. começou essa petição para CONGRESSO NACIONAL - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foi excluída do parecer da MP 927/2020 a proposta de modificação do atual alcance do art. 253 da CLT, medida fundamental à defesa da saúde dos trabalhadores do setor frigorífico no Brasil. Obrigado a todas e todos que apoiaram!

Um abaixo-assinado, contra a alteração do art. 253 da CLT, é aberto no site avaaz.org e recebe, em apenas 72 (setenta e duas) horas, mais de 1000 (mil) adesões.

08/06

- A Rel-UITA, a Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabaco e afins adere à campanha contra a restrição das pausas térmicas e dirige carta-protesto ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Brasil | SINDICATOS | FRIGORÍFICOS

Carta da Rel UITA ao presidente da Câmara dos Deputados

Gerardo Iglesias

08 | 06 | 2020, 17:51



- A minuta da proposta da resolução que pretende disciplinar a reversão social de recursos é apresentada à Conselheira Relatora Edelamare Barbosa Melo, nos autos do PGEA N° 20.02.0001.0002464/2020-23, instruída com relatório pormenorizado.

09/06



A tentativa de alteração do art. 253 da CLT é excluída do parecer da MP nº 927.

10/06



NOTA DE SOLIDARIEDADE E REPÚDIO

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, entidade representativa dos(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, vem publicamente externar sua solidariedade ao Auditor-Fiscal do Trabalho Paulo Roberto Warlet da Silva, lotado na SRTb/SP, física e verbalmente agredido no exercício de suas atribuições.

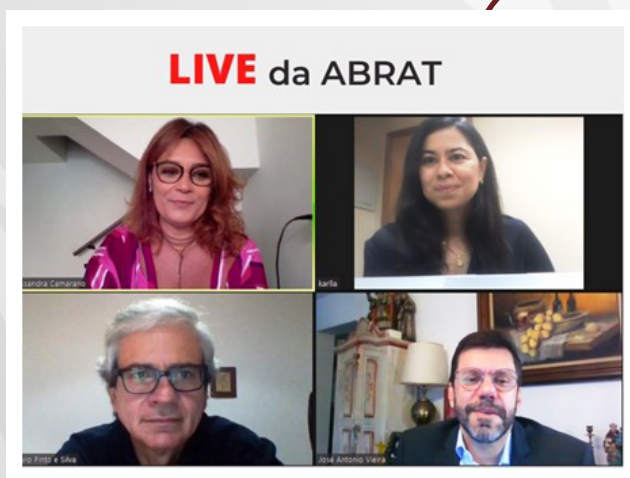
Enquanto fiscalizava um escritório de contabilidade, localizado em São Paulo/Capital, com cerca de 80 (oitenta) empregados, o Auditor foi empurrado e, ao cair, sofreu escoriações. Por determinação do próprio agressor, uma das empregadas gravou o episódio com o celular, para possível veiculação em redes sociais.

É divulgada nota pública de solidariedade a Auditor-Fiscal do Trabalho de São Paulo, física e verbalmente agredido no exercício de suas atribuições ordinárias. Repercussão na mídia.



De acordo com José Antonio Vieira de Freitas Filho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), que soltou nota de repúdio ao ocorrido em São Paulo, caso um empregador esteja descontente com uma fiscalização, pode recorrer a medidas legais pela impugnação dos resultados da operação.

"Mas não se pode admitir que uma autoridade pública, no exercício de atribuições inerentes ao poder de fiscalização estatal, sofra qualquer tipo de agressão física ou verbal", afirma.



O Presidente da ANPT é o convidado de *live* promovida pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, para abordagem da "atuação do MPT no combate aos efeitos da Covid-19 nas relações de trabalho". Transmitida ao vivo, pelo canal da ABRAT no Youtube, contou com a participação da presidenta da entidade, Alessandra Camarano, e dos diretores executivos da Escola Nacional da Advocacia Trabalhista, os advogados Karlla Souza e Otávio Pinto e Silva – na foto, de cima para baixo, da esquerda para direita.

12/06



➤ O Presidente, a Vice-Presidente, o Diretor Financeiro e a Diretora de Eventos, em virtude dos impactos socioeconômicos da pandemia, informam aos(às) associados(as) a postergação do Encontro Nacional originariamente previsto para os dias 04 a 08/11/ 2020, em Foz do Iguaçu.

O Presidente da ANPT divulga, no Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, o artigo *“Em defesa da plenitude da infância e da adolescência”*.

“Afinal, se, no limiar da vida, o trabalho fosse realmente bom, com certeza não se restringiria a crianças e adolescentes pobres.

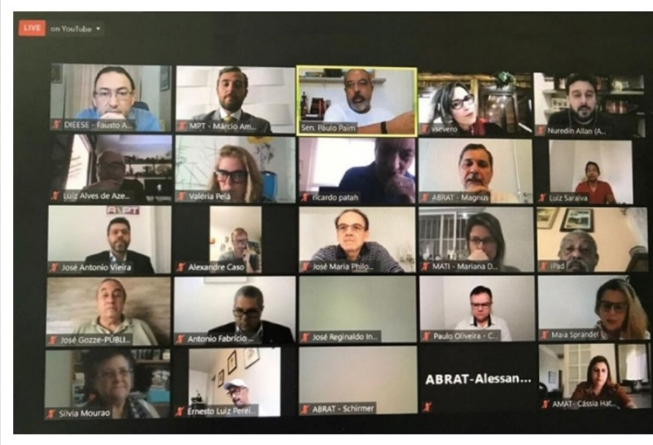
A criança é titular do direito fundamental de vivenciar a infância plenamente, para se tornar um agente da construção de uma sociedade efetivamente livre, justa e solidária.

Faça a sua parte! Acredite! É seu dever e sua salvação!

Não negligencie nossas crianças e adolescentes! Podendo protegê-las, não hesite! Exija que o Estado cumpra o seu papel! Alie-se ao Ministério Público do Trabalho e aos nossos muitos parceiros na defesa desta causa! Se preciso, denuncie!”

*Trechos do artigo.

13/06



O Presidente da ANPT, o Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral do Trabalho (Márcio Amazonas), o Coordenador e o Vice-Coordenador da CONALIS/MPT (Ronaldo Lima e Jefferson Rodrigues) e representantes de outras entidades associativas e sindicais participam de reunião virtual com os Senadores Paulo Paim, Presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e Vanderlan Cardoso, relator da Medida Provisória (MP) nº 936/2020, no Senado Federal.



NOTA PÚBLICA CONTRÁRIA À INCLUSÃO, NO PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15/2020, DE MATÉRIAS ESTRANHAS AO TEXTO E AO PROPÓSITO ORIGINÁRIOS DA EDIÇÃO DA MP Nº 936/2020 E DE DEFESA DA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS COMO PRESSUPOSTO DE VALIDADE DOS ACORDOS DE REDUÇÃO SALARIAL.

O FÓRUM INTERINSTITUCIONAL DE DEFESA DO DIREITO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-FIDS E AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS E SINDICAIS ABAIXO ARROLADAS, após terem se reunido, nesta data, com o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e com o Senador Relator Vanderlan Cardoso, vêm publicamente exortar o Senado Federal a suprimir do Projeto de Lei de Conversão nº 15/2020 as matérias estranhas ao texto e ao propósito originários da Medida Provisória nº 936/2020 – a instituição de um Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia.

Após a reunião, é emitida nota pública contrária à inclusão, no Projeto de Lei de Conversão nº 15/2020, de matérias estranhas aos propósitos originários da edição da MP e em defesa da participação das entidades sindicais como pressuposto de validade dos acordos de redução salarial, no âmbito do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social – FIDS. Subscreveram-na, além da ANPT, 90 (noventa) entidades associativas e sindicais, inclusive a ANAMATRA, a ABRAT, o SINAIT e o DIEESE.

15/06

- O Conselho Nacional do Ministério Público acolhe, na Resolução nº 214/2020, requerimento da ANPT dirigido, em 05 de junho, ao Conselheiro Sebastião Caixeta e assegura o trabalho remoto sempre que a presença do(a) membro(a) em sua localidade de lotação não seja essencial ao exercício das atribuições do Ofício ou ao fiel cumprimento dos deveres institucionais.
- REDAÇÃO ORIGINÁRIA: "Art. 3º, § 8º - O trabalho remoto não invalida a necessidade do membro permanecer em seu local de lotação original, em conformidade ao artigo 129, parágrafo segundo da CF; 33 da LC 75/93; 43, X, da Lei 8625/93; Leis Complementares estaduais, Resoluções CNMP 26/2007 e 21/2020";
 - REDAÇÃO PROPOSTA PELA ANPT: "Art. 3º, § 8º - O trabalho remoto não invalida a necessidade de o membro estar presente no local de lotação, sempre que de outro modo não lhe seja possível exercer adequadamente as atribuições do Ofício ou cumprir fielmente os deveres institucionais, conforme o § 2º do art. 129 da Constituição da República, os arts. 33 e 236, V, da LC nº 75/93 e o art. 43, X, da Lei nº 8.625/93, bem como as Leis Complementares Estaduais e as Resoluções CNMP nºs 26/2007 e 21/2020";
 - REDAÇÃO ATRIBUÍDA: "Art. 3º, § 8º - O trabalho remoto não invalida a necessidade de o membro permanecer, como regra, em seu local de lotação original, sempre que de outro modo não lhe seja possível exercer adequadamente as atribuições do Ofício ou cumprir fielmente os deveres institucionais, inclusive o atendimento ao público e a demandas urgentes, em conformidade com os arts. 129, § 2º, da Constituição Federal; 33 da Lei Complementar nº 75/1993; com as Leis Complementares estaduais e com a Resolução CNMP nº 26/2007".



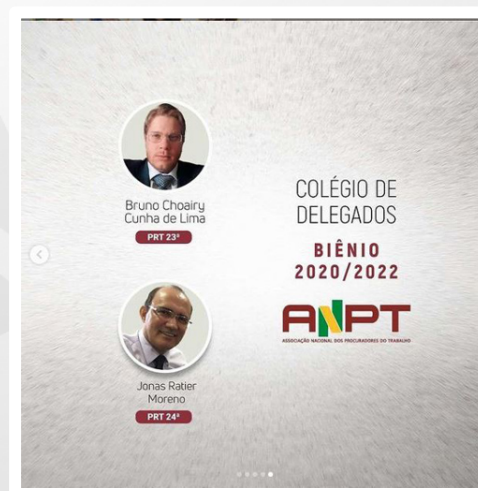
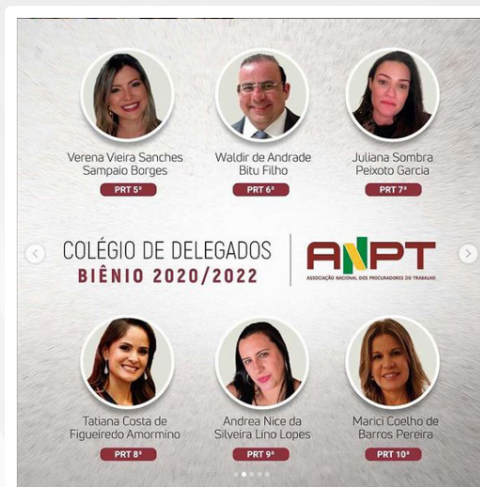
O Presidente da ANPT grava vídeo repudiando publicamente o ato de vandalismo praticado, no dia 13 de maio, contra o Edifício-Sede do Supremo Tribunal Federal, bem como contra as ofensas verbais dirigidas aos Ministros e Ministras da mais alta Corte de Justiça do nosso País.

“A ANPT, entidade que representa as Procuradoras e os Procuradores do Trabalho de todo o País, vem a público repudiar veementemente o ato de vandalismo praticado no sábado contra o edifício-sede do Supremo Tribunal federal (STF), bem como as ofensas dirigidas às Ministras e aos Ministros da mais alta corte de Justiça deste País.

“À clara demonstração de incivilidade, soma-se o ataque inaceitável e absurdo a democracia, que, obviamente, pressupõe o livre exercício do Poder Judiciário e do Ministério Público. As Procuradoras e os Procuradores do Trabalho, atentos ao juramento de defender a ordem jurídica, o regime democrático e o interesse social, clamam pela identificação dos, direta e indiretamente, responsáveis e pela adequada punição.”

16/06

- Eleição para o Colégio de Delegados e Delegadas. Utilizou-se um sistema desenvolvido pela própria ANPT. Foram computados 461 (quatrocentos e sessenta e um) votos válidos.



- Homenagem à associada Maria Christina Dutra Fernandez, Procuradora Regional do Trabalho vinculada à 3ª Região, pelos 40 (quarenta) anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho.



"À longevidade na carreira, somam-se muitos outros atributos, entre os quais se destacam o engajamento, a sensibilidade e a elegância, que impõem essa homenagem – tão singela, quanto genuína. Apresentá-la como colega e associada é uma honra, poder saudá-la publicamente, como Presidente da ANPT, em nome de toda a classe, um autêntico privilégio".

(José Antonio Vieira)

- O Senado Federal derruba o art. 32 do PLV 15/2020, em consonância com a Nota Pública emitida, em 13/06/2020, no âmbito do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), em favor da participação das entidades sindicais como pressuposto de validade dos acordos coletivos e contrária à inclusão de matérias estranhas aos propósitos originários da Medida Provisória nº 936/2020.

17/06

- Live “Resiliência e Adaptação em Tempos de Pandemia”, para discussão de temas relacionados à saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras.

The poster is for a live event titled "Resiliência e adaptação em tempos de pandemia". It features a dark background with orange and white text. The word "LIVE" is prominently displayed in large white letters. Below it, the title "Resiliência e adaptação em tempos de pandemia" is written in white. The date "17 de Junho" and time "11h" are indicated. A play button icon and the text "Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube" are also present. The ANPT logo is at the bottom left. On the right side, there are four portraits of the event's participants, each with their name and title:

- APRESENTADOR**
JOSÉ ANTONIO VEIRA
Presidente da ANPT
- CONVIDADO**
PEDRO SHIOZAWA
Médico Psiquiatra, possui especialização pela Harvard Medical School
- CONVIDADA**
MARIA CHRISTINA RODRIGUES MENEZES
Médica do Trabalho e Psiquiatra
- MEDIADORA**
CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN
Procuradora do Trabalho na Procuradoria do Trabalho em Cabo Frio/RJ

18/06

- O Presidente participa de Seminário Virtual promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e pela Escola Nacional Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ENAMATRA).



“O Brasil é um estado democrático de direito, constitucionalmente compelido à efetivação do ideário da justiça social, o que pressupõe a valorização do trabalho e a preservação da dignidade da pessoa humana do trabalhador. A escravidão nos

humilha perante a comunidade internacional, nos tem exposto a vexatórios embargos e atenta contra a concretização de todos os objetivos fundamentais da República – o desenvolvimento econômico sustentável, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção do bem comum, a eliminação do preconceito e da discriminação. Combatê-la é um dever, um modo de salvação, pressuposto para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária”.

(José Antonio Vieira).

19/06

- A ANPT, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) divulgam Nota Pública em defesa das prerrogativas e dos princípios institucionais do Ministério Público Brasileiro, com críticas às exceções ao sistema acusatório no julgamento da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental nº 572.
- Sustentação oral em defesa da liberdade de expressão de colega processada no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

➤ Prossegue a Campanha DERRUBEM O VETO.

LEI Nº 13.998/2020
AUXÍLIO EMERGENCIAL

#DERRUBEMOVETO

Artistas com vínculos informais ficarão impedidos de receber o auxílio emergencial durante a pandemia. Estima-se que o benefício atenderia a 1 milhão de profissionais da cultura inscritos em cadastros da categoria.



ANPT ANAMATRA ABRAT SINDT

LEI Nº 13.998/2020
AUXÍLIO EMERGENCIAL

#DERRUBEMOVETO

Pela garantia de pagamento do auxílio emergencial aos(as) trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade, como pescadores(as) e marisqueiros(as).



ANPT ANAMATRA ABRAT SINDT

LEI Nº 13.998/2020
AUXÍLIO EMERGENCIAL

#DERRUBEMOVETO

Pela garantia de pagamento do auxílio emergencial aos(as) trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade, como os(as) ambulantes.



ANPT ANAMATRA ABRAT SINDT

19/06



➤ Lançamento do Canal do(a) Aposentado(a), para informações e esclarecimento de dúvidas específicas, via *WhatsApp* ou ligação telefônica.

- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho, visando à obtenção de vias físicas de documentos de interesse de associados(as) aposentados(as), a pedido destes(as), para envio direto pela ANPT (PGEA nº 20.02.0001.0005399/2020-27).
- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho – PLAN-ASSISTE (PGEA nº 20.02.0001.0005355/2020-51):

“I – que, se possível, reabra a negociação com a Rede Gama Saúde, na perspectiva de mantê-la credenciada, naturalmente em condições favoráveis à Administração e aos(às) usuários(as); II – que, caso não seja possível a reabertura, esclareça os motivos da impossibilidade; III – que, a despeito da negociação referida nos itens anteriores, divulgue a relação atualizada dos laboratórios, clínicas e hospitais, que, anteriormente disponíveis pela Gama Saúde, já foram credenciados diretamente pelo Plan-Assiste, bem como a daqueles acerca dos quais as tratativas prosseguem e os desdobramentos destas; IV – que assegure a distribuição de cartões físicos aos(as) usuários(as), titulares e dependentes, sem prejuízo da disponibilização das versões digitais; V – que uniformize, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, as exigências e os pressupostos para utilização dos serviços e utilidades inerentes ao Plan-Assiste, com a adoção das providências necessárias à imediata aceitação, pelas Gerências de todas as Unidades Regionais, de prescrições digitalizadas de exames, serviços e tratamentos; VI – que consolide as informações concernentes à rede de profissionais, laboratórios, clínicas e hospitais disponíveis, direta ou indiretamente, à forma de utilização e ao processo de reembolso, contribuição e custeio em arquivo único, ainda que digital, acessível na página do Plan-Assiste nos sítios eletrônicos da Procuradoria-Geral do Trabalho e das Procuradorias Regionais do Trabalho, garantindo-se, a respeito, adequada atualização e ampla divulgação; VII – que assegure a gestão das suas atividades com observância do princípio da publicidade e da necessidade de avisar os(as) usuários(as), com razoável antecedência, de qualquer alteração de cláusulas ou garantias contratuais, sobretudo quando tenha impacto financeiro direto; VIII – que submeta à instância superior, no âmbito da gestão administrativa do Plan-Assiste, os requerimentos, desta petição constantes, que porventura extrapolem os limites das suas atribuições”.

22/06

LIVE
MP 927/2020 e o impacto na
classe trabalhadora



ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

➤ O Diretor de Assuntos Legislativos, Antonio de Oliveira Lima, participa de *live* sobre o impacto da MP nº 927/2020 na classe trabalhadora, a convite do Senador Paulo Paim.



➤ *Webinar* com o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, promovido pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS).

“Procuradores e Procuradoras do Trabalho, atentos ao juramento de defender a ordem jurídica, o regime democrático e o interesse público, estarão sempre dispostos a envidar seus maiores esforços para que se garantam a integridade da Federação e o livre exercício dos Poderes Públicos e do Ministério Público. O Brasil, contudo, não é apenas um Estado Democrático de Direito. O Brasil é um Estado Democrático de Direito constitucionalmente compelido à efetivação do ideário da justiça social, o que pressupõe a valorização do trabalho e a preservação da dignidade da pessoa humana do trabalhador. Não há outro modo de construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária, objetivo fundamental da nossa República, em torno do qual todas as autoridades constituídas devem permanecer irmanadas. É preciso garantir, sobretudo no contexto de grave crise sanitária que atravessamos, políticas públicas efetivas de geração de emprego e renda e, para isso, precisamos de um sólido arcabouço legislativo de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, que, obviamente, ganha concretude com a atuação livre, firme e resoluta da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, Instituições das quais o País não pode prescindir, assim como também não pode prescindir do próprio Direito do Trabalho”.

(José Antonio Vieira)

- O Presidente e a Vice-Presidenta da ANPT dirigem-se ao Procurador-Geral do Trabalho, requerendo prazo para manifestação sobre os trabalhos da Comissão de Estudo e Planejamento para a Retomada das Atividades Presenciais, instituída pela Portaria PGT nº 899.2020, e, se for o caso, apresentação de contraproposta, assegurada a oitiva do Colégio de Associados e Associadas. Colocam-se à disposição, ainda, “para intervir, a qualquer tempo, no processo de reflexão e construção em curso”, caso Sua Excelência, o Procurador-Geral do Trabalho “considere – de ofício ou por sugestão dos componentes da indigitada Comissão – a intervenção associativa necessária e/ou útil”. (PGEA nº 20.02.0001.0005087/2020-12)

- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho para que reconheça “a existência de legítimas razões para que os(as) membros(as), querendo, posterguem suas férias ou formulem requerimentos de suspensão ou de interrupção”, bem como para “que afaste formal e expressamente a possibilidade de reconhecimento administrativo de prescrição, salvo um ano após a integral superação, em todo o território nacional, das vedações ou restrições a deslocamentos e aglomeração de pessoas” (PGEA nº 20.02.0001.0005418/2020-96). Os autos foram enviados à Procuradoria-Geral da República, “diante da necessidade de se conferir tratamento simétrico, uma vez que os impactos da Covid-19, notadamente nas esferas social e laboral, resvalam em todos os demais ramos do MPU e não apenas nos Membros do MPT, e considerando que as definições sobre o direito de férias dos Membros são atribuições da Procuradoria-Geral da República” (conforme Ofício nº 2776.2020-GAB/PGT).

23/06

- Criação da Lista de Transmissão da Presidência, para veiculação simultânea de notícias e informações de interesse da Classe, com a possibilidade de adesão a qualquer tempo, mediante cadastramento, pelos(as) associados(as), da linha móvel disponível.



25/06



➤ Live “Humanizar-se: Um Desafio em Meio à Crise”.

26/06



➤ 2ª Reunião Ordinária da Diretoria, destinada à avaliação do primeiro mês de gestão e à discussão de temas relevantes, como o modo de enfrentamento da Recomendação Conjunta PRESI/CN nº 02/2020, a adoção de medidas de redução das despesas operacionais, a retomada de atividades da Escola Associativa, o desenvolvimento de campanhas de interesse social e a ampliação do rol de convênios e parcerias. [Clique aqui](#) e acesse a ata da reunião.

28/06

- Vídeo alusivo ao Dia Mundial do Orgulho Gay. [Clique aqui](#) e acesse.

29/06

- Requerimento de revogação da Recomendação Conjunta PRESI-CN nº 2/2020, subscrito pela ANPT, pela ANPR, pela ANMPDFT e pela CONAMP, dirigido à Presidência e à Corregedoria do Conselho Nacional do Ministério Público, assim concluído:



“Após cotejar o texto da Recomendação nº 02/2020 com as conclusões hauridas da análise das disposições constitucionais e infraconstitucionais que regem a matéria, dos escólios doutrinários de diversos expoentes, da diretiva jurisprudencial do Excelso Pretório, sem distanciamento das finalidades estatutárias das entidades de classe de âmbito nacional que subscrevem o presente, requestam seja integralmente revogada a Recomendação nº 02/2020, preliminarmente em virtude de seu caráter genérico e abstrato, destoante do disposto no art. 18, inciso X, do RICNMP, e, no mérito, pela

extrapolação das atribuições constitucionais do CNMP, bem como pelo malferimento dos princípios da independência funcional do Ministério Público e da inafastabilidade da jurisdição, de cuja incidência os gestores públicos não estão imunes”.

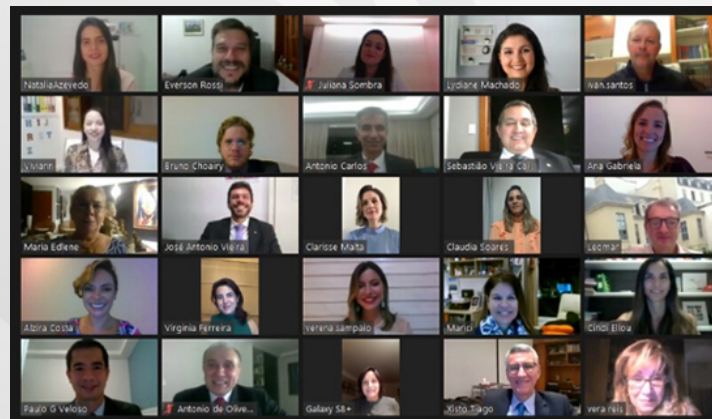
- Webinar “Mercado de Trabalho LGBTQIAQ+: Desafios e Perspectivas”.



“É inadmissível a ideia ultrapassada de que os direitos fundamentais sejam conferidos apenas a quem se encontra dentro do padrão cis-hetero-branco-normativo. Na quadra em que vivemos, não se pode admitir qualquer espécie de retrocesso e a luta deve ser para que tais direitos e garantias sejam efetivamente universalizados”. (Lydiane Machado)

30/06

- Solenidade de assunção pública, pelos integrantes do Colégio de Delegados e Delegadas, do compromisso de bem cumprir os deveres do encargo, transmitida pelo Canal da ANPT no *Youtube*.



“Como se sabe, nada supera, em relevância, o prestígio associativo, que é o nosso alicerce, fruto de uma história repleta de conquistas memoráveis e da conjugação diária de esforços. Como a obra e o legado são coletivos, o êxito de qualquer projeto, entre nós, pressupõe fiel observância da vontade da Classe e engajamento. E o que foi apresentado pela atual Diretoria destacava a necessidade de capilarização das atividades da Associação, em virtude, mui particularmente, do seu caráter nacional. Tal capilarização forçosamente passa pelo Colégio de Delegados e Delegadas, com o reforço da articulação política e da representação no âmbito territorial da Unidade de lotação e, quanto às associadas e aos associados aposentados, segundo a especificidade das demandas. Não há outro modo de se garantir a eficácia da luta que não cessa contra as sucessivas tentativas de submissão de tudo o que é humano aos inescusáveis interesses do Capital, bem como contra os ataques recorrentes ao livre exercício do Ministério Público e à independência funcional dos Procuradores e Procuradoras.” (José Antonio Vieira).

- Intervenção, como *amicus curiae*, nos autos das ADCs 58 e 59, em que se discute o índice de atualização dos débitos e depósitos trabalhistas.

1º/07

- Oposição, como *amicus curiae*, nos autos do Recurso Extraordinário nº 960429, de embargos de declaração do acórdão que, alterando substancialmente a tese até então adotada no âmbito do próprio Supremo Tribunal Federal, afastou, com repercussão geral (Tema 992), a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar as controvérsias afetas à fase pré-contratual, envolvendo pessoas jurídicas de Direito Privado integrantes da Administração Pública Indireta:

“Ante o exposto, pede o conhecimento dos embargos, emprestando-lhes primeiramente o efeito suspensivo em face da decisão embargada, para que seja mantido o sobrestamento das ações por ela afetadas até o julgamento destes Embargos de Declaração, quando apreciado o pedido de modulação de efeitos. No mérito, pede o provimento, com efeitos modificativos, para suprir a omissão apontada e modular os efeitos da decisão embargada, mantendo-se a competência material da Justiça do Trabalho para processar e julgar as ações ajuizadas antes da publicação do acórdão embargado, ou, sucessivamente, para prosseguir com as ações com decisões de mérito proferidas antes da publicação do acórdão embargado”. Os embargos foram providos.

- A ANPT e a ANPR impetram Mandado de Segurança questionando a Recomendação Conjunta PRESI-CN nº 2/2020, distribuído ao Ministro Gilmar Mendes, que, embora não tenha apreciado os pedidos liminares, determinou, no mesmo dia do protocolo, a notificação das autoridades coatoras.

02/07

- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho para a adoção das providências necessárias à oferta de remoção e deslocamento de beneficiários, com dificuldade transitória ou permanente de locomoção, de sua residência a estabelecimentos de saúde (aditamento, PGEA nº 20.02.0001.0005355/2020-51).

- Designação do Diretor Pedagógico e dos(as) integrantes do Conselho Acadêmico da Escola Associativa (Portaria ANPT nº 01/2020).

COMPOSIÇÃO

ESCOLA DA ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

BIÊNIO 2020/2022

 Presidente da ANPT e Diretor-Geral da Escola José Antonio Vieira de Freitas Filho Procurador Regional do Trabalho PTM - 1ª Região	 Diretor Pedagógico Patrick Maia Merisio Procurador do Trabalho PTM - 2ª Região	 Diretor Financeiro Paulo Gonçalves Veloso Procurador do Trabalho PTM de Uberlândia/3ª Região	 Diretora Cultural e de Assuntos Científicos da ANPT e Conselheira Acadêmica Ana Gabriela Oliveira de Paula Procuradora do Trabalho PTM de Barueri/2ª Região
 Conselheiro Acadêmico José Cláudio Monteiro de Brito Filho Procurador Regional do Trabalho aposentado PTM - 8ª Região	 Conselheira Acadêmica Lutiana Nacur Lorentz Procuradora Regional do Trabalho PTM - 5ª Região	 Conselheira Acadêmica Ana Cláudia Nascimento Gomes Procuradora do Trabalho PTM - 3ª Região	 Conselheiro Acadêmico Márcio Dutra da Costa Procurador do Trabalho PTM Santa Cruz do Sul/4ª Região

- Nota de Solidariedade e de Repúdio em favor de Defensor Público lotado em Alta Floresta/Mato Grosso, vítima de homofobia.

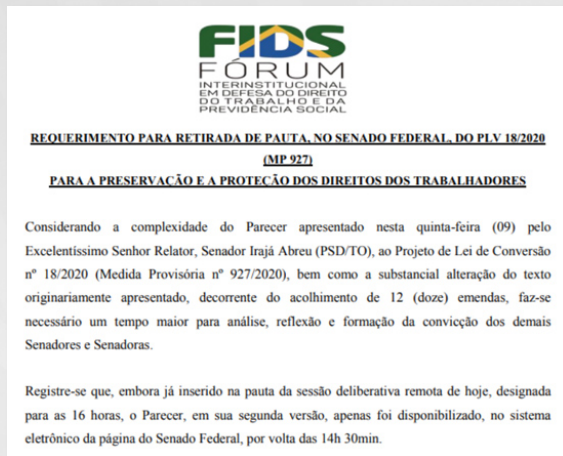
“Atitudes como a descrita violam a Lei nº 7776/89, cujas disposições, segundo o Supremo Tribunal Federal, estendem-se à discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, e fomentam agressões físicas e verbais, mormente contra a parcela mais vulnerável da população LGBTQIA+, com gravíssimas e nocivas consequências sociais”. (Trecho da Nota)

06/07

- Edital para registro das candidaturas dos(as) associados(as) efetivos(as) interessados(as) em compor o Conselho Fiscal, no biênio 2020/2022, bem como para divulgação de dados e informações relativos ao Processo Eleitoral.

09/07

- Audiência Pública no Senado Federal, tendo por objeto o PLV nº 18/2020 (MP nº 927), posteriormente retirado de pauta, a requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, que encampou solicitação subscrita pelo Presidente da ANPT, na condição de Secretário-Executivo do Fórum Interinstitucional em Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), providência fundamental à caducidade da medida provisória.



- Instituição de comissões permanentes de apoio às atividades da Diretoria (Portaria ANPT nº 02/2020). Designação dos respectivos integrantes (Portaria ANPT nº 03/2020).

I – Comissão de Assuntos Legislativos: Procuradora Regional do Trabalho Silvana Ribeiro Martins/4ª Região, Procuradora Regional do Trabalho Teresa Cristina d'Almeida Basteiro/1ª Região e Procuradora do Trabalho Virginia de Araújo Gonçalves Ferreira/19ª Região;

II – Comissão de Paridade de Gênero e Antidiscriminação: Procurador do Trabalho Carlos Eduardo Carvalho Brisolla/10ª Região, Procuradora do Trabalho Ludmila Pereira Araújo/PTM de Alta Floresta – 23ª Região e Procuradora do Trabalho Cecília Amália Cunha Santos/PTM de Araguaína/TO – 10ª Região;

III – Comissão de Humanização dos Serviços: Procuradora do Trabalho Jailda Eulídia da Silva Pinto/6ª Região, Procuradora do Trabalho Marselha Silvério de Assis Dellan/PTM de Itabuna – 5ª Região e Procuradora do Trabalho Marina Silva Tramonte/PTM de Ji-Parana/RO – 14ª Região;

IV – Comissão de Prerrogativas e Segurança Institucional: Procurador do Trabalho Miron Tafuri Queiroz/2ª Região, Procuradora do Trabalho Juliana Sombra Peixoto Garcia/PTM de Juazeiro do Norte – 7ª Região e Procuradora do Trabalho Martha Divério Kruse/PTM de Passo Fundo – 4ª Região;

V – Comissão de Comunicação: Procuradora Regional do Trabalho Zélia Maria Cardoso Montal/Aposentada, Procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça/6ª Região e Procuradora do Trabalho Alzira Melo Costa/11ª Região”.

10/07

- Entrevista da Vice-Presidenta ao Jornal Hoje, da Rede Globo de Televisão, sobre a Recomendação Conjunta PRESI/CN nº 02/2020.

“A recomendação não tem caráter vinculante. No entanto, a pretexto de evitar conflitos de atribuições entre os ramos do Ministério Público Brasileiro, atingiu-se a independência funcional dos membros. Demais disso, ela parte do pressuposto de que a atuação como indutor de políticas públicas fere a discricionariedade dos gestores.”

- Notificação Extrajudicial em defesa de associada ofendida no legítimo exercício de suas atribuições, por meio de publicações em rede social. Em seguida, ante a ausência de retratação do ofensor, foram subscritas representações dirigidas à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público Federal, bem como proposta ação de indenização por danos morais.

“A ANPT não tolerará que os atos de seus denodados associados e associadas, MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, sejam desrespeitados por palavras ou gestos e, assim, diligenciará – sempre e necessariamente – com extremado zelo para que, considerando-se as disposições constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis, seus autores sejam responsabilizados administrativa, civil e/ou criminalmente”. (Trecho da peça)

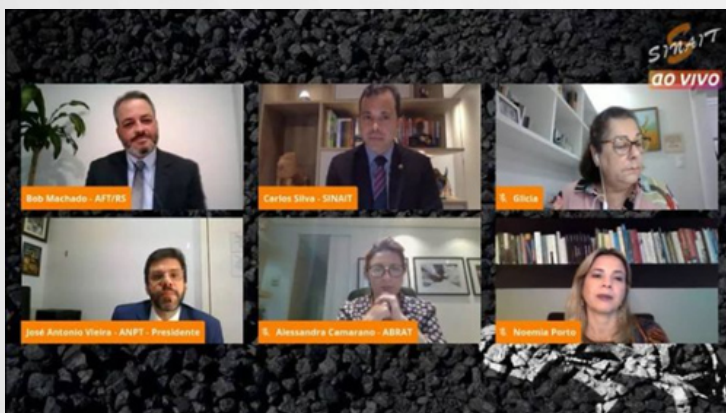
13/07

- Lançamento pela FRENTAS de vídeos veiculados pela Globo News, roteirizados pelo Presidente José Antonio Vieira e destinados à divulgação das ações e iniciativas dos magistrados e membros do Ministério Público no enfrentamento dos impactos socioeconômicos da pandemia da Covid-19. O vídeo pertinente à atuação dos Juízes, Juízas, Procuradores e Procuradoras do Trabalho está acessível por [link](#). [Clique aqui](#) para assistir.
- Lançamento da Campanha MPT EM AÇÃO para difusão das atividades dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho.



14/07

- Participação do Presidente no lançamento da Campanha “Trabalho Infantil, uma realidade que poucos conseguem ver”, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), em evento organizado para marcar os 30 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.



“O trabalho infantil é uma realidade tão contundente que fere a alma do povo brasileiro. O ECA instituiu um arcabouço protetivo dos mais elogiáveis no cenário mundial e contém soluções que não serão efetivadas senão após a implementação de políticas públicas efetivas de proteção à criança, ao adolescente, à maternidade, à paternidade e à família.”

- 1ª Reunião da Diretoria Executiva e do Conselho Acadêmico da Escola da ANPT. Em pauta, entre outros temas, as propostas e compromissos de gestão, a necessidade de autofinanciamento da Escola, o recrutamento de docentes, a organização de cursos e eventos, o Prêmio Evaristo de Moraes Filho, a Revista do MPT e a celebração de convênios e parcerias. [Clique aqui](#) para acessar a ata da reunião.

15/07

- Divulgação do relatório do primeiro mês de gestão.

- Abertura de prazo para que os associados e associadas que não integraram o rol de substituídos da ação coletiva nº 1012256-45.2018.4.01-3400, já objeto de sentença de procedência parcial, favorável à contagem do tempo de advocacia como de serviço, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias, manifestem interesse na propositura de outra ação com igual objeto.

- Divulgação de *card* em referência à liberação, pela Medida Provisória nº 990/2020, de R\$ 3 bilhões em auxílio financeiro para trabalhadores e trabalhadoras da cultura e de estabelecimentos culturais, pauta da Campanha DERRUBEM O VETO.



WEBINÁRIO

TRABALHO SEGURO EM FRIGORÍFICOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

17H AS 18H30
15 DE JULHO

 DELAÍDE MIRANDA ARANTES Ministra do Tribunal Superior do Trabalho e membro da Ipeatra	 JOSÉ ANTONIO VIEIRA Procurador Regional do Trabalho, Presidente da ANPT e membro da Ipeatra	 MARGARET MATOS DE CARVALHO Procuradora Regional do Trabalho e Presidente da Ipeatra	 NOEMIA PORTO Magistrada do Trabalho, Presidente da ANAMATRA e membro da Ipeatra
 PRISCILA DIBI SCHVARCZ Procuradora do Trabalho no PTM de Passo Fundo-PR e Integrante do Projeto Nacional Frigoríficos da Procuradoria Geral do Trabalho	 ELVER MORANTE Médico do Trabalho e Analista Pericial do MPT	 BRÍGIDA JOAQUINA BARCELOS Diretora Jurídica da Ipeatra e Desembargadora do TRT da 4ª Região	 LINCOLN ROBERTO CORDEIRO Procurador do Trabalho no PTM de Guarapuava-PR, Integrante do Projeto Nacional Frigoríficos da Procuradoria Geral do Trabalho e membro da Ipeatra

TRANSMISSÃO AO VIVO PELO CANAL DA ANPT NO YOUTUBE

ANPT **IPEATRA**

- Webinário “Trabalho Seguro em Frigoríficos no Contexto da Pandemia”, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho (IPEATRA).

16/07



NOTA PÚBLICA DE APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 3.434/2020

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) Membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, nos termos do inciso VII do art. 2º do seu Estatuto, vem manifestar-se FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 3.434/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de vagas a negros(as), indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Humberto Costa e Zenaide Maia.

Recentemente, a Portaria nº 13/2016, que determinava a adoção de medidas de facilitação do acesso, foi revogada e, em virtude da repercussão negativa da revogação, editou-se a Portaria nº 559, de 22/06/2020.

➤ Nota Pública de Apoio ao Projeto de Lei nº 3.434/2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas a negros(as), indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação dos Institutos Federais de Ensino Superior, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Paulo Rocha, Humberto Costa e Zenaide Maia.

- 1ª Reunião do Colégio de Delegados e Delegadas. Em pauta, entre outros temas, o modo de efetivação dos compromissos e propostas de gestão, as estratégias de comunicação/interlocução e projeção associativa, a redução das despesas associativas, a instituição das comissões de apoio às atividades da Diretoria, a eleição para o Conselho Fiscal e para a Presidência do próprio Colégio de Delegados e Delegadas. [Clique aqui](#) para acessar a ata.



17/07

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de criação do Laboratório de Inovação, Unidade e desenvolvimento (INOVA/CNMP) – Processo nº 1.00248/2020-02.

20/07

- Edital para cadastramento de associados(as) em atividade ou aposentados(as), interessados(as) em compor o Quadro de Docentes da Escola Associativa, como professores(as), conteudistas e/ou tutores(as).
- 2ª Reunião da Diretora Executiva e do Conselho Acadêmico da Escola Associativa. [Clique aqui](#) para acessar a ata.

21/07

- Eleição do Conselho Fiscal e do Presidente do Colégio de Delegados e Delegadas.



Waldir de Andrade Bitu Filho
Procurador Regional do Trabalho

24/07

- Homenagem à associada Virginia Maria Veiga de Senna e ao associado Antonio Messias Matta de Aragão Bulcão, Procuradores Regionais do Trabalho vinculados à 5ª Região, pelos 40 (quarenta) anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho.



“Ambos, com a elevação que lhes é peculiar, afirmam que o afeto dos colegas é a mais gratificante das honrarias e apenas isso já faz desta singela homenagem algo particularmente justo e significativo. Apresentá-los como associados e poder saudá-los publicamente é um lúdimo privilégio”. (José Antonio Vieira/Lydiane Machado)

27/07

27 DE JULHO
Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.



No Brasil, a cada 4h é registrada uma morte por acidente de trabalho. Ainda há as sequelas permanentes ou provisórias, restritivas ou supressivas da capacidade laborativa.

➤ Card alusivo ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

28/07

LIVE
Os impactos da pandemia na organização do trabalho

Transmissão ao vivo pelo Canal da ANPT no Youtube

28 de julho

Às 17h (Brasília)

Às 21h (Lisboa)

ANPT

MPT

CLÁUDIA MORGADO
 Engenheira Civil e de Segurança do Trabalho, Doutora em Engenharia de Produção (UNIFUR) e Diretora da Escola Politécnica da UNIFUR

MIGUEL CORTICEIRO NEVES
 Engenheiro Mecânico e de Informática, Doutor em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e Presidente da Associação Verbetes e Desafios da Segurança (Portugal)

CYNTHIA MARIA SIMÕES LOPES
 Procuradora Regional do Trabalho e Secretária de Gestão Socioambiental da Procuradoria-Geral do Trabalho

JOSE ANTONIO VIEIRA
 Procurador Regional do Trabalho e Presidente da ANPT

➤ Live “Os Impactos da Pandemia na Organização do Trabalho”, em parceria com a Secretaria de Gestão Socioambiental da Procuradoria-Geral do Trabalho.

30/07



➤ Nota Pública da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), em defesa da democracia e das prerrogativas essenciais à valorização e ao fortalecimento da Magistratura e do Ministério Público, pelas reiteradas notícias de instauração de procedimentos disciplinares em face dos(as) integrantes das carreiras, a partir de limites impostos à liberdade de expressão.

➤ Participação da Vice-Presidenta na *live* “20 Anos do Protocolo de Palermo: Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Direitos Fundamentais”, promovida pelo SINAIT.



“Estima-se que existam no mundo 40 milhões de vítimas do tráfico de pessoas. É ainda mais chocante constatar que a atividade movimenta cerca de 32 bilhões de dólares por ano, bem como que cerca de 60% dos prejudicados são mulheres e crianças”. (Lydiane Machado)

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de alteração da regulamentação dos conflitos de atribuição entre os ramos e Unidades do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos Estaduais (Processo nº 1.00424/2020-61).

**NOTA PÚBLICA EM DEFESA DA CIDADANIA DOS MAGISTRADOS
E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP, a Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - AMPDFT, entidades que congregam e representam os membros do Ministério Público brasileiro, vêm a público manifestar sua contrariedade às sucessivas tentativas de cerceamento dos direitos políticos de seus associados e associadas, inerentes à condição de cidadãos e cidadãs.

A vedação constitucional ao exercício de atividades político-partidárias não pode conduzir à total supressão da liberdade de pensamento e expressão dos integrantes da Magistratura e do Ministério Público ou à criação de pressupostos exclusivos, desproporcionais e irrazoáveis para o exercício de mandatos eletivos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, mesmo após o já exigido desligamento do cargo, pressupostos esses diversos dos impostos à generalidade dos integrantes das denominadas carreiras típicas do Estado.

- Nota Pública em conjunto com a ANPR, a AMPDFT e a CONAMP, contrária às sucessivas tentativas de cerceamento dos direitos políticos de seus associados e associadas, inerentes à condição de cidadãos e cidadãs.

31/07



NOTA DE SOLIDARIEDADE E DE REPÚDIO

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, vem se solidarizar com o ex-associado MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, por lhe ter sido falsamente imputada a autoria de mensagem divulgada na *internet*, repleta de informações inverídicas e em linguagem incompatível com a urbanidade, a elevação, o comprometimento público e o grau de qualificação que o distinguem.

Está clara a tentativa de retaliação, imediatamente posterior à prolação, em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público do Trabalho, de decisão suspensiva de atividades frigoríficas, por riscos – gravíssimos e cabalmente demonstrados – à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Todos(as) precisam estar cientes de que os(as) magistrados(as) e os(as) membros(as) do Ministério Público, atentos(as) ao juramento prestado como condição de ingresso nas carreiras, permanecerão cumprindo seus deveres e exercendo suas atribuições, com a firmeza e a resolutividade pela Sociedade exigidas. Não hesitarão ou se deixarão intimidar e poderão contar, sempre que necessário, na defesa da dignidade pessoal e

- Nota de Solidariedade e de Repúdio pela falsa imputação, a um Desembargador do Trabalho, da autoria de mensagem divulgada na *internet*, em retaliação a decisão proferida em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público do Trabalho.

- DERRUBEM O VETO.

LEI Nº 13.998/2020
AUXÍLIO EMERGENCIAL



#DERRUBEMOVETO

Pela garantia de pagamento do auxílio emergencial aos(as) árbitros(as), auxiliares de arbitragem e outros(as) trabalhadores(as) envolvidos(as) em competições esportivas, durante a pandemia da Covid-19.

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ABRAT
ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DE INTERVENÇÃO E ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO

SINDT
SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DE INTERVENÇÃO E ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO

LEI Nº 13.998/2020
AUXÍLIO EMERGENCIAL



#DERRUBEMOVETO

Pela garantia de pagamento do auxílio emergencial aos(as) agricultores(as) familiares, técnicos(as) agrícolas e aquicultores(as), durante a pandemia da Covid-19.

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANAMATRA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ABRAT
ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES DE INTERVENÇÃO E ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO

SINDT
SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DE INTERVENÇÃO E ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO

➤ MPT EM AÇÃO.



03/08

- O Presidente anuncia, como Diretor-Geral da Escola Associativa, a retomada das atividades docentes e saúda os usuários da nova plataforma de ensino à distância, muito especialmente os(as) futuros(as) colegas e associados(as), candidatos e candidatas ao cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho. [Clique aqui](#) para acessar o vídeo.

05/08

- Audiência Pública, a convite do Senador Paulo Paim, destinada à discussão do projeto de instituição do Estatuto do Trabalho e da regulamentação das atividades desenvolvidas por plataformas digitais ou tecnologia equivalente.

06/08

			
Noemia Porto Juíza do Trabalho, mestre e doutora em Direito, Estado e Constituição pela UNB, presidente da Anamatra.	Renata Dutra Professora adjunta de Direito e Processo do Trabalho da UNB, Doutora e Mestre em Direito pela UNB.	Cláudio Brandão Ministro do TST, Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Autónoma de Lisboa e Mestre em Direito pela UFBA.	Ives Gandra Ministro do TST, mestre em Direito pela UNB, doutor em Direito pela UFRGS e doutor honoris causa em Filosofia pela Academia Brasileira de Filosofia.
Mediadores			
			Coordenadores-Gerais: Rodrigo Mudrovitch Ney Bello
José Antonio Vieira de Freitas Filho Procurador Regional do Trabalho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.	Victor Rufino Mestre em Direito Económico (UNB), Professor do IDP e Sócio do Mudrovitch Advogados.	Marcos d'Ávila Melo Fernandes Mestre em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP, Sócio do Fernandes Advogados Associados.	

➤ Participação do Presidente na *live* “Créditos Trabalhistas e Atualização Monetária”, promovida pelo Instituto Brasiliense de Direito Público e pela ANAMATRA.


➤ Homenagem à associada Ivana Auxiliadora Mendonça Santos e ao associado Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas, Subprocuradores-Gerais do Trabalho, pelos 30 (trinta) anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho.



“Seria impossível falar de Gustavo e Ivana sem expressa referência à amizade que construíram e solidificaram ao longo de três décadas de vinculação institucional baseada na admiração mútua e extremamente edificante”. (José Antonio Vieira/Lydiane Machado)

- Intervenção, como *amicus curiae*, nos autos do Recurso Extraordinário nº 11.01937, em que se discute a constitucionalidade do art. 16 da Lei da Ação Civil Pública, com repercussão geral reconhecida. Em 20.04.2020, o Ministro Alexandre de Moraes determinou a suspensão, em todo o país, das ações coletivas com discussão acerca da eficácia territorial da coisa julgada.

10/08



NOTA PÚBLICA CONTRÁRIA À PROPOSTA DE PORTARIA CONSTANTE DA NOTA INFORMATIVA SEI N° 19627/2020 DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – ANAMATRA, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADVOGADOS TRABALHISTAS – ABRAT e o SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO – SINAIT, entidades que congregam e representam os(as) Membros(as) do Ministério Público e da Magistratura do Trabalho, os(as) Advogados(as) Trabalhistas e os(as) Auditores(as)-Fiscais do Trabalho de todo o País, nos termos de seus Estatutos, vêm manifestar-se **CONTRARIAMENTE** à edição de Portaria do Ministério da Economia, postergando a realização de exames admissionais e periódicos, assim como a participação em treinamentos e capacitações, pelos prazos, respectivamente, de 180 (cento e oitenta) e 90 (noventa) dias, contados do fim do estado de emergência sanitária.

O Ministério da Economia, supostamente para que os(as) trabalhadores(as) possam respeitar as recomendações de isolamento e distanciamento social, pretende, na verdade e sem amparo na ordem jurídica vigente, reeditar dispositivos da Medida Provisória nº 927, de 22/03/2020, que, por não ter sido apreciada pelo Parlamento, perdeu a validade em 19/07/2020.

Como é cediço, a Constituição da República, além de ter inserido a “redução dos riscos

- Nota Pública, em conjunto com a ANAMATRA, a ABRAT e o SINAIT, contrária à proposta, constante da Nota Informativa SEI N° 19627/2020 do Ministério da Economia, de postergação da realização de exames admissionais e periódicos, assim como da participação em treinamentos e capacitações, pelos prazos, respectivamente, de 180 (cento e oitenta) e 90 (noventa) dias, contados do fim do estado de emergência sanitária.

- Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho visando à realização do recadastramento anual dos aposentados e pensionistas por meios telemáticos (PGEA 20.02.0001.0007078/2020-90).

12/08

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de regulamentação do regime de plantão em fins de semana, feriados, pontos facultativos e período noturno, no âmbito do próprio CNMP (Processo nº 1.00322/2020-19).
- Disponibilização de mais uma apólice de seguro coletivo, destinado à cobertura de doenças graves, ainda não contempladas pelas anteriores.

14/08

- O Presidente e a Vice-Presidenta dirigem ao Senador Paulo Paim considerações acerca do projeto de lei destinado à regulamentação *“da relação de trabalho entre pessoas naturais e empresas administradoras de plataforma digital ou tecnologia equivalente, bem como sobre os respectivos direitos, garantias, deveres e obrigações”*.

18/08

- O Presidente realiza sustentação oral em favor de colega representada perante o Conselho Nacional do Ministério Público.

“O Presidente da ANPT acompanhou a Sessão do Conselho Nacional do Ministério Público, das 9 às 17h30min, aguardando o momento em que seria chamado a realizar sustentação oral em dois recursos internos interpostos contra decisão de arquivamento de representação por excesso de prazo ou inércia instaurada em face de uma Procuradora ainda em estágio probatório, que, nada obstante fosse merecedora, pelo modo de condução do feito, dos mais efusivos aplausos, sofrera um autêntico, inescusável e intolerável ‘assédio procedimental’. Os recursos sequer chegaram a ser conhecidos, porque intempestivos. A Associação teve a oportunidade, contudo, de acentuar a eficiência e a integridade da colega”. (ASCOM/ANPT)

19/08

- Representação perante a Corregedoria Nacional de Justiça, na defesa de associada vítima, em audiência virtual, da falta de urbanidade de uma magistrada, que agrediu, verbal e despropositadamente, a colega e todo o Ministério Público do Trabalho. A Magistrada retratou-se em audiência posterior e pediu desculpas, aceitas pela colega, pela ANPT e pelo MPT.

20/08

- 1ª Reunião da Comissão de Paridade de Gênero e Antidiscriminação. Em pauta, a minuta de resolução, discutida no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, destinada à instituição da política de equidade de gênero, e a organização de evento sobre a visibilidade da mulher. [Clique aqui](#) para acessar a ata.

24/08

- Apresentação ao Conselheiro Relator, o Subprocurador-Geral do Trabalho Enéas Bazzo Torre, nos autos do PGEA nº 20.02.0004.0000045/2018-16, da manifestação associativa sobre a proposta de regulamentação das promoções na carreira do Ministério Público do Trabalho, com expressa fixação de critérios objetivos para a aferição do merecimento.
- A Vice-Presidenta participa do lançamento da Revista “MPT em Quadrinhos” - Direitos das Gestantes.



“Infelizmente, não são raras as declarações no sentido de que seria melhor não contratar mulheres em virtude da possibilidade de engravidarem e de todos os direitos dessa circunstância decorrentes. É preciso fazer a sociedade evoluir. A divisão equânime de tarefas, aliada a alterações legislativas, a exemplo da previsão de licença parental, e a existência de políticas públicas voltadas à proteção da maternidade certamente contribuiriam para a diminuição do fosso que existe entre homens e mulheres, inclusive quanto a aspectos trabalhistas”. (Lydiane Machado)

- O Presidente participa de Campanha “Cota não é privilégio. Inclusão é um direito”, desenvolvida pela COORDIGUALDADE, em reforço à necessidade de ações afirmativas. [Clique aqui](#) para assistir ao vídeo.

“No Brasil, existem mais de 45 milhões de pessoas com alguma deficiência. Entretanto, elas representam menos de 1% do total de trabalhadores com carteira assinada. Eu apoio a Lei de Cotas como instrumento de ampliação das oportunidades de trabalho formal para as pessoas com deficiência. Cota não é privilégio. Inclusão é um direito”.

- Concessão de liminar, pelo Ministro Edson Fachin, suspendendo, até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado, acórdão proferido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em processo administrativo disciplinar instaurado em face de uma associada.

26/08



NOTA PÚBLICA CONTRÁRIA AO TRABALHO INFANTIL E AO TRABALHO IRREGULAR DE ADOLESCENTES

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, reafirma o absoluto respeito de seus associados e associadas à infância e à adolescência, bem como, conseqüentemente, o inalienável compromisso com a erradicação do trabalho infantil e a regularização do trabalho de adolescentes, em consonância com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República (“proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”).

- Nota Pública com reafirmação do absoluto respeito dos associados e associadas à infância e à adolescência, bem como, conseqüentemente, do inalienável compromisso com a erradicação do trabalho infantil e a regularização do trabalho de adolescentes, em consonância com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

- Lançamento, pela Escola da ANPT, dos cursos preparatórios para a 2ª e 3ª fases do Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

Concurso MPT
Simulado 2ª e 3ª fases
TURMA II



José Antonio Vieira
Orientador
Procurador Regional do Trabalho
PRT 1ª Região
Presidente da ANPT
Diretor Geral da Escola da ANPT

Claudia Soares
Coordenadora
Procuradora do Trabalho
PRT 2ª Região
Diretora de Comunicação da ANPT

André Tamas
Procurador do Trabalho
PRT 2ª Região

Marcio Ribeiro
Procurador do Trabalho
PRT 2ª Região

Renata Coelho
Procuradora do Trabalho
PRT 1ª Região

Ray Fernando Cavalheiro
Procurador do Trabalho
PRT 2ª Região

Tadna Henrique Lopes
Procurador do Trabalho
PRT 2ª Região

Vera Lúcia Carlos
Procuradora do Trabalho
PRT 2ª Região

ESCOLA da ANPT

Concurso MPT
Correção de Questões e Peças
2ª e 3ª Fases - TURMA II



Lydiane Machado
Orientadora
Procuradora do Trabalho
PRT 1ª Região
Vice-Presidente da ANPT

Claudia Soares
Coordenadora
Procuradora do Trabalho
PRT 2ª Região
Diretora de Comunicação da ANPT

Alberto Embano
Procurador do Trabalho
PRT 5ª Região

Augusta Grício
Procuradora do Trabalho
PRT 2ª Região

Cristiano Lourenço
Procurador do Trabalho
PRT 2ª Região

Dibera Tite
Procuradora do Trabalho
PRT 6ª Região

Fabiola Saleiro
Procuradora do Trabalho
PRT 1ª Região

Martha Kruse
Procuradora do Trabalho
PRT 4ª Região

Renata Coelho
Procuradora do Trabalho
PRT 1ª Região

ESCOLA da ANPT

CONCURSO MPT
CONTAGEM REGRESSIVA
Para o nosso encontro
AO VIVO no curso de
Estruturação de
Peças e Tópicos



GARANTA SUA VAGA!

Dia 21/08 e 22/08
Pelo Zoom
Carga horária: 10h/a

Carolina Hirota
COORDENADORA

Patrick Merisio
COORDENADOR

Elaine Hassif

Fábio Villela

João Bertnier

ESCOLA da ANPT

27/08

LIVE Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube
27.08 | 17h

Os principais aspectos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei nº 14.020/2020) na visão de Procuradores e Procuradoras do Trabalho.



Apresentador
José Antonio Vieira de Freitas Filho
Procurador Regional do Trabalho
PRT - 1ª Região

Moderação da ANPT
Lydiane Machado
Procuradora do Trabalho
PRT - 1ª Região

Participantes
Patrick Maia Merisio
Procurador do Trabalho
PRT - 2ª Região

Conferência Organizadora de Assessoria Científica da ANPT e do Conselho Acadêmico
Ana Gabriela Oliveira de Paulo
Procuradora do Trabalho
PTM de Sorocaba - 2ª Região

Conferência Organizadora
José Cláudio Monteiro de Brito Filho
Procurador Regional do Trabalho coordenador
PRT - 1ª Região

Conferência Organizadora
Lutiana Nacur Lorentz
Procuradora Regional do Trabalho
PRT - 3ª Região

Conferência Organizadora
Ana Claudia Nascimento Gomes
Procuradora do Trabalho
PRT - 3ª Região

Conferência Organizadora
Márcio Dutra da Costa
Procurador do Trabalho
PTM Santos Cruz do Sul/ANPT Região

ESCOLA da ANPT ANPT

- Live “Os Principais Aspectos do Programa Emergencial de Manutenção de Renda na Visão de Procuradoras e Procuradores do Trabalho”.

31/08

- O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados, em decorrência dos impactos da pandemia, comparecem, pela primeira vez, à Sede da ANPT.




- Intervenção, como *amicus curiae*, nos autos da ADI nº 4168, proposta pela ANAMATRA, em que se discute a constitucionalidade de dispositivos do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, recorrentemente utilizados para a suspensão ou cassação monocrática de decisões judiciais de Primeiro e Segundo Grau, com ampla repercussão negativa nas ações coletivas propostas pelo Ministério Público do Trabalho.
- Oposição de embargos de declaração nos autos da ação coletiva nº 101225645.2018.4.01-3400, que tem por objeto o cômputo do tempo de advocacia anterior à PEC 20/1998, sem recolhimento de contribuições previdenciárias, para que sejam beneficiados os representados que, embora ainda não ingressos na carreira quando da reforma constitucional, já ocupavam cargos públicos federais.

➤ MPT EM AÇÃO.

COVID-19


Recomendação do MPT no Rio Grande do Sul faz alerta sobre discriminação de trabalhadores(as) com diagnóstico positivo para Covid-19.



MPT EM AÇÃO

COVID-19

MPT EM AÇÃO



Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT em Cabo Frio garante afastamento de profissionais de saúde que integram grupos de risco.

ANPT

COVID-19

MPT EM AÇÃO



Liminar obtida pelo MPT impede empresa de vender "túneis de sanitização".

ANPT

COVID-19



MPT e Infraero firmam acordo de cooperação para prevenção ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo.

ANPT

MPT EM AÇÃO

COVID-19




Após ação ajuizada pelo MPT-MA, instituição financeira é condenada por fraude no registro de ponto e jornada excessiva.

ANPT

MPT EM AÇÃO

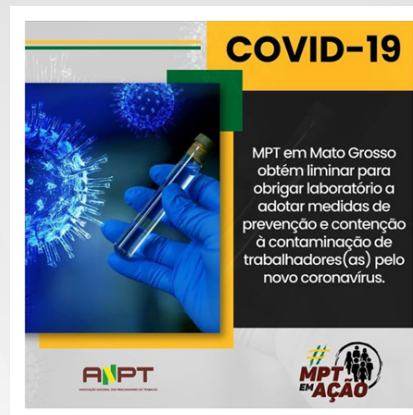
COVID-19



Projeto Comida na Mesa, do MPT em Alagoas, destina cestas básicas a comunidades em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia.

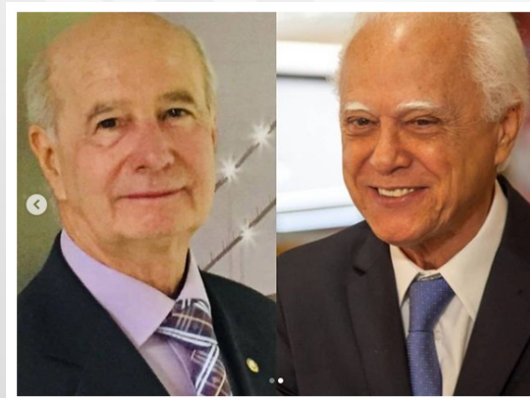
ANPT

MPT EM AÇÃO



1º/09

- A Diretoria recebe, na Sede da ANPT, o Subprocurador-Geral do Trabalho aposentado, Antonio Henrique de Carvalho Ellery, um dos idealizadores e fundadores da Associação, e o ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Walter Ramos da Costa Porto.



04/09



NOTA PÚBLICA PELA IMPROCEDÊNCIA DA ADPF Nº 509/2017 OPOSTA À PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 11/05/2016, QUE ESTABELECEU O CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM SUBMETIDO TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVO

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) Membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, nos termos do inciso VII do art. 2º do seu Estatuto, vem manifestar-se FAVORAVELMENTE à subsistência da Portaria Interministerial nº 4, de 11/05/2016, que estabeleceu o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo.

➤ Nota Pública pela improcedência da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 509/2017 e subsistência da Portaria Interministerial nº 4, de 11.05.2016, que estabeleceu o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo. A arguição foi julgada improcedente.

09/09

➤ Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho para “observância, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, do item II do Tema 578 da Tabela de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, para que, ‘compreendida a exigência de cinco anos de efetivo exercício no cargo no qual se dará a aposentadoria’ ‘como cinco anos de efetivo exercício na carreira’, se defira, a quem porventura a requeira, aposentadoria no cargo atualmente ocupado e com os proventos pertinentes, a despeito do tempo em que o(a) membro(a) nele tenha especificamente permanecido”, bem como para “que se reveja imediatamente a situação jurídica, quanto ao cargo e aos proventos, dos(as) membros(as) que, ao se aposentarem, porventura tenham sido prejudicados(as) pela aplicação do entendimento agora superado” (PGEA nº 20.02.0001.0007944/2020-85). O requerimento foi deferido pelo Vice-Procurador-Geral da República, em 11/05/21.

- Requerimento dirigido à Secretária-Geral do Ministério Público da União nos autos do PGEA nº 20.02.0001.0005418/2020-96, de reconsideração da manifestação desfavorável anterior e, caso não ocorra, recepção do pedido como recurso, com a remessa dos autos ao Procurador-Geral da República para ciência e apreciação, de modo que se reconheça a existência de legítimas razões para que os(as) membros(as), querendo, posterguem suas férias ou formulem requerimentos de suspensão ou de interrupção, bem como para que se afaste formal e explicitamente a possibilidade de reconhecimento administrativo de prescrição, salvo um ano após a integral superação, em todo o território nacional, das vedações ou restrições a deslocamentos e aglomeração de pessoas. Alternativamente, postulou-se que, à vista de requerimentos individuais de seus(suas) associados(as), se autorize, desde logo, a indenização das férias na iminência de serem declaradas prescritas. Em qualquer caso, requereu-se, outrossim, que o prazo prescricional, porventura considerado pela Administração aplicável e irrelevável, fosse tido por suspenso a partir da data do requerimento associativo originário, 22/06/2020, com a retomada da contagem, pelo período então remanescente para a consumação, apenas após a intimação da decisão final de Sua Excelência, o Procurador-Geral da República.

10/09



NOTA DE SOLIDARIEDADE E DE REPÚDIO

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, vem solidarizar-se com o Procurador e Associado Leomar Daroncho, vinculado à Procuradoria do Trabalho no Município de Luziânia, pelos ataques sofridos em decorrência do exercício ordinário de suas atribuições.

Deve-se esclarecer, inicialmente, que, após receber denúncia de apologia ao trabalho infantil, constante de vídeo produzido, em referência ao Dia dos Pais, por um comerciante, o Ministério Público do Trabalho imediatamente procurou inteirar-se da situação familiar da criança exposta, junto ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça da Infância, tendo se certificado de que era atendida pela Rede de Proteção à Criança e estava recebendo benefícios sociais.

- Nota de Solidariedade e de Repúdio em favor de Procurador do Trabalho atacado no exercício de suas atribuições institucionais.

14/09



➤ O Presidente e a Vice-Presidenta visitam o Procurador-Geral do Trabalho e tratam de assuntos de interesse da Classe.

- A ANPT, com as demais entidades que compõem a FRENTAS, expede nota de esclarecimento à Imprensa, em razão de matéria veiculada pelo Jornal Folha de São Paulo, com impropriedades acerca das garantias dos(as) magistrados(as) e membros(as) do Ministério Público:

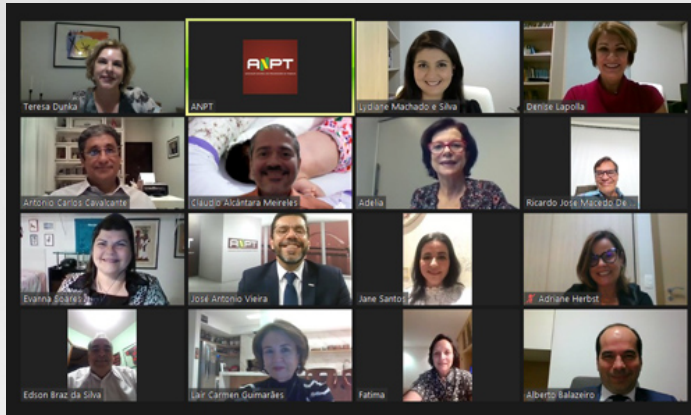
“Vitaliciedade é proteção constitucional concebida aos membros da Magistratura e do Ministério Público para que possam atuar com independência, sem receio de contrariar interesses políticos e/ou econômicos. Trata-se de uma prerrogativa institucional assegurada em todos os países democráticos do mundo. Não há qualquer relação com benefícios previdenciários ou pensões vitalícias, previstas para cargos políticos e comissionados, não raramente obtidos sem que sequer se exija contribuição ou contraprestação específica. Vale frisar, por fim, que a aposentadoria dos magistrados e membros do Ministério Público, como ocorre com os servidores públicos em geral, é concedida após longo período de pesadas contribuições previdenciárias, as quais inclusive restaram significativamente aumentadas, em recente reforma, nada tendo a ver com as inconstitucionais pensões vitalícias às quais a matéria se refere”.

15/09

- Manifestação acerca da “proposta de resolução para incentivo à equidade no Ministério Público do Trabalho”, dirigida ao Conselho Superior nos autos do PGEA nº 20.02.0001.0010171/2019-02, sob Relatoria do Conselheiro Alvacir Correa dos Santos.

17/09

- Homenagem às associadas e aos associados aposentados Adélia Augusto Domingues (2ª Região), Ana Luiza Alves Gomes (4ª Região), Antônio Carlos Cavalcante Rodrigues (18ª Região), Cláudio Alcântara Meireles (7ª Região), Edson Braz da Silva (PGT), Evanna Soares (7ª Região), Jane Araújo dos Santos (18ª Região), José Alves Pereira Filho (PGT), Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães (9ª Região), Paulo Borges da Fonseca Seger (PGT) e Ricardo José Macedo Britto Pereira (PGT).



“Quero ver-lhes assegurado tratamento igual ao que espero receber, quando me aposentar, se, um dia, de tal direito puder desfrutar, então com a certeza do dever cumprido. Estejam certos de que temos nos empenhado o mais possível.”
(José Antonio Vieira).



“O legado das procuradoras e procuradores aposentados é o campo onde hoje são travadas as batalhas dos membros da ativa por um país mais igualitário e os ensinamentos deixados são as armas empunhadas contra o retrocesso social.”

(Lydiane Machado).

18/09



➤ Participação da Diretora Cultural e de Assuntos Científicos, Ana Gabriela Oliveira, na *Palestra "Reforma Administrativa"*, promovida pela CONAMP.

19/09



➤ A Secretária-Geral Adriane Arnt Herbst, na Sede de Associação, com o Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados.

21/09



➤ Segunda manifestação acerca da proposta de resolução sobre a reversão social de bens e recursos decorrentes da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho.

➤ Participação do Diretor de Relações Institucionais, Bruno Teixeira, no Webinar “Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD”, promovido pelo Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho.

22/09



➤ Nota Pública em apoio às ações de inclusão racial. Publicação de card.

“As medidas de inclusão a partir do recorte racial, além de solidamente alicerçadas na ordem jurídica interna e internacional, atendem ao ideal de humanidade e são, diversamente do intitulado ‘racismo reverso’, conceitual e principiologicamente inquestionáveis”.

24/09



➤ *Card* alusivo ao acordo histórico celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Volkswagen do Brasil.

25/09

➤ Participação da Vice-Presidenta no Lançamento da Revista “MPT em Quadrinhos” – “Respeito à População LGBTQIA+”.



“Os direitos humanos são interdependentes, indivisíveis e devem ser integralmente gozados por todos(as) os(as) cidadãos(ãs) quaisquer que sejam suas orientações sexuais ou identidades de gênero. Nada obstante, a concretização dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade e dos diversos Diplomas Internacionais dos quais o país é signatário esbarra no preconceito ainda presente em nossa sociedade”. (Lydiane Machado)

➤ MPT EM AÇÃO.



Destinação de recursos pelo MPT no Rio Grande do Norte possibilita a compra de equipamentos e insumos para a realização de testes de Covid-19 em catadoras e catadores de materiais recicláveis.

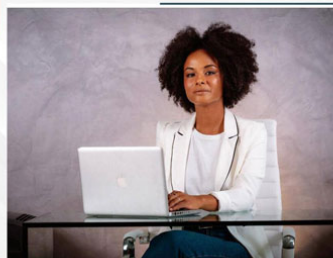


#MPT
EM AÇÃO

ANPT

ANPT

#MPT
EM AÇÃO



MPT disponibiliza banco de imagens colaborativo com negros e negras ocupando espaços de protagonismo nas relações de trabalho.

Alunos de escola pública do Distrito Federal recebem tablets provenientes de destinação social do MPT-DF/TO.



#MPT
EM AÇÃO

ANPT

MPT no Rio Grande do Sul ajuíza ação contra frigorífico em razão de surto de COVID-19 em unidade do município de Montenegro (RS)



#MPT
EM AÇÃO

ANPT

ANPT

#MPT
EM AÇÃO



Destinação do MPT em Minas Gerais garante cestas básicas para famílias carentes e melhorias em centro de internação de jovens no norte do Estado.

05/10

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de se autorizar a oitiva do requerido antes da apreciação de medidas cautelares (Processo nº 1.00691/2020-93).

06/10



➤ O Deputado Federal Alessandro Molon subscreve, a requerimento da ANPT, Moção de Aplauso à atuação dos Procuradores e Procuradoras do Trabalho no combate ao trabalho precoce.

"Com a convicção de que a criança é titular do direito fundamental de vivenciar a infância plenamente, os Procuradores do Trabalho atuam incansavelmente para erradicar o trabalho infantil, impedindo assim também a perpetuação da pobreza, a exclusão social cíclica e graves acidentes de trabalho".

07/10



➤ A Diretora de Comunicação, Cláudia Soares, com a Vice-Presidenta e o Presidente, na Sede da ANPT.

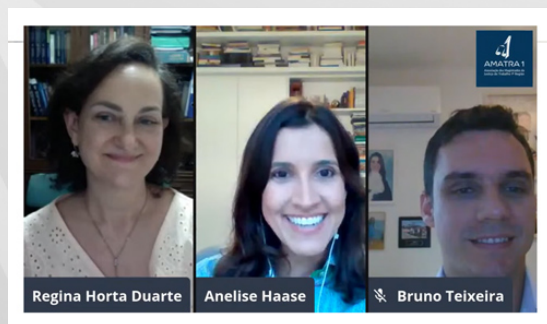
08/10

- Participação do Presidente na reunião do Conselho Gestor do Plan-Assiste, como Conselheiro Representante das entidades que congregam os(as) membros(as) do Ministério Público da União. Em pauta, as alterações que seriam implementadas, a partir de janeiro de 2021, no modelo contributivo [por faixas etárias dos(as) beneficiários(as)] – e nos percentuais de coparticipação, com redução da pertinente às internações, eliminação da distinção da classe dos beneficiários(as) e dos hospitais (comuns ou de alto custo). Por sugestão do Presidente, postergou-se a definição do valor das contribuições mensais dos pais, mães, padrastos ou madrastas, que eram dependentes econômicos, deixaram de ser apenas pela notória ausência de atualização da tabela do Imposto de Renda e se achavam inscritos no Plan-Assiste por mais de 5 (cinco) anos consecutivos.

09/10

- O Presidente dirige-se aos candidatos aprovados para a 2ª e 3ª fases do 21º Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

“Preparem-se, pois, para a missão que se avizinha, para as dores e as delícias da futura carreira. Não se deixem afligir pelas provas. Entreguem-se ao especialíssimo momento – jamais à especulação. Façam o seu melhor. Será mais do que o bastante.”



- Participação do Diretor de Relações Institucionais na *live* cultural sobre a precariedade das condições de trabalho em minas de carvão, expostas no filme “Como Era Verde Meu Vale”, promovida pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região.

10/10

- Vídeo alusivo ao Dia da Criança. [Clique aqui](#) para assistir.

15/10

- Vídeo alusivo ao Dia do Professor. [Clique aqui](#) para assistir.

*“Um guerreiro sem espada, sem faca, foice ou facão
armado só de amor, segurando um giz na mão.”*

(Bráulio Bessa, reprodução autorizada)

- Participação do Presidente em evento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conduzido pelo Ministro Luís Roberto Barroso, para lançamento do “Telão das Eleições”, viabilizado a partir de parceria do TSE com a ANPT e as demais entidades integrantes da FRENTAS.



“Somos, procuradores e juízes, antes de qualquer outra coisa, cidadãos e, por imposição constitucional, precisamos estar inseridos no contexto social em que oficiamos. Votar, mais do que um dever, é um direito, uma oportunidade de eleger representantes comprometidos com a valorização do trabalho, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a promoção do bem comum e o desenvolvimento sustentável”. (José Antonio Vieira)

19/10

- Manifestação nos autos do PGEA nº 20.02.0004.0000297/2020-93, instaurado a partir de consulta formulada pela Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, conclusiva pela integral subsistência do art. 7º da Resolução CSMPT nº 167/2019, que prevê a compensação e a conversão em pecúnia das horas trabalhadas em regime de plantão.

22/10

- Adesão ao Movimento apartidário #EuVotoSemFake, para combater a produção e a divulgação de notícias e dados falsos que possam comprometer a integridade do processo eleitoral.

23/10

III Semana de Inclusão FADI
Tiago Bevilacqua Ramos
23 DE OUTUBRO
DAS 9H ÀS 11H
A inclusão das pessoas LGBTQIA+

Presidente de mesa
Iris Lippi
Advogada e Professora na FADI.

Expositores:
Fabiano Contrato
Senador, professor e Delegado da Polícia Civil do Espírito Santo.
A discriminação das pessoas LGBTQIA+

Lydiane Machado e Silva
Vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).
O mercado de trabalho e a discriminação

Debate
José Passaro
Graduando 1º ano de FADI e Advista em Direito Humanos.

Evento Gratuito
Certificada de participação para os alunos

TVFADI
YouTube
AO VIVO

REALIZAÇÃO
FADI
APOIO
ANPT

- Participação da Vice-Presidenta na III Semana de Inclusão FADI Tiago Bevilacqua Ramos, em live dedicada à “inclusão de pessoas LGBTQIA+”, abordando o tema “o mercado de trabalho e o discriminação”.

25/10

justicaeleitoral.jus.br

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

INSTITUIÇÃO
EMBAIXADORA
DO MOVIMENTO

**#EUVOTO
SEMFAKE**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS PROCURADORES
DO TRABALHO

#SEUVOTO
TEMPODER
ELEIÇÕES 2020

- A ANPT recebe o título de Instituição Embaixadora do Movimento #EuVotoSemFake.

27/10

➤ MPT EM AÇÃO.



Após ação do MPT/SP, empresa do ABC paulista deverá contratar pessoas com deficiência ou reabilitadas, além de adequar suas instalações físicas.

MPT EM AÇÃO

ANPT



ANPT **MPT EM AÇÃO**

Destinação de recursos pelo MPT em Santarém possibilita realização de oficina de artesanato e pintura para pessoas em situação de rua no Pará

MPT EM AÇÃO

ANPT



MPT EM AÇÃO **COVID-19**

MPT destina mais R\$ 7,5 milhões para entidades e municípios do Triângulo Mineiro

ANPT



MPT e Justiça do Trabalho em Mato Grosso destinam verba para construção de educandário em Campo Verde.

MPT EM AÇÃO **ANPT**



MPT EM AÇÃO

Audiência Pública Virtual da Corte Interamericana de Direitos Humanos debate obrigações dos estados em matéria de liberdade sindical e perspectiva de gênero, com a participação de Procuradores do Trabalho

MPT EM AÇÃO **ANPT**



Ministério Público do Trabalho em Campinas firma TAC para viabilizar contratação de cooperativas de reciclagem.

ANPT **MPT EM AÇÃO**

Destinação do Ministério Público do Trabalho em Cabo Frio possibilita ampliação de testes para COVID-19 em Macaé (RJ).



Destinação de verba do MPT em Campo Grande (MS) auxilia comunidades ribeirinhas do Pantanal impactadas por queimadas e pela Covid-19.



OUTUBRO ROSA. O Ministério Público do Trabalho, por meio de um acordo, garantiu, em Salvador/Bahia, a realização gratuita de 25 consultas com mastologista e 25 mamografias.

MPT EM AÇÃO

ANPT



➤ O Presidente, a Vice-Presidenta, a Diretora Social e de Eventos e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas recebem, na Sede da ANPT, o Subprocurador-Geral do Trabalho, Diretor-Geral Adjunto da Escola Superior do Ministério Público (ESMPU), Manoel Jorge e Silva Neto, Presidente da Associação no biênio 1998/2000.



➤ A Escola da ANPT comemora a aprovação de 30 (trinta) alunos entre os 55 (cinquenta e cinco) que passaram para a 3ª fase do 21º Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

28/10



➤ Homenagem às servidoras e aos servidores, notadamente do Ministério Público do Trabalho, no dia em que lhes é especialmente dedicado, pelo elevado grau de comprometimento e pelo zelo no exercício de suas atribuições.

“Extremamente qualificados, dedicam-se sobremaneira à prevalência do interesse social. É gratificante saber que sempre podemos contar com o inestimável apoio e com a sólida parceria de todas e todos”.

(José Antonio Vieira)

29/10

- Sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Por ampla maioria (10 votos a 2), o Colegiado, na esteira do primeiro voto divergente, da lavra do Conselheiro José de Lima Ramos Pereira, preserva o comando do § 4º do art. 7º da Resolução CSMPT nº 167/2019, como originariamente editado, sem restrições do alcance do direito ali reconhecido. O Relator declara publicamente ter agregado trechos da manifestação associativa à fundamentação inicial.

05/11

- Proposta ação condenatória em obrigação de fazer, não fazer e de pagar indenização por danos morais, com requerimento de concessão de tutela de urgência, na defesa de colegas atacados em razão da atuação institucional.

06/11

- Participação do Presidente na posse da Diretoria Colegiada da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Biênio 2020/2022.

09/11

- Primeiro dia do Seminário Virtual "*Projetos e Impactos Tecnológicos sobre o Direito do Trabalho*", promovido pela Escola da ANPT, com o apoio do Ministério Público do Trabalho.

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 09 de novembro às 10h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

MESA DE ABERTURA

Alberto Bastos Balazeiro
Procurador-Geral do Trabalho

José Antonio Vieira de Freitas Filho
Presidente da ANPT

Patrick Merisio
Diretor Pedagógico da Escola da ANPT

Luciano Lima Nelvas
Vice-Coordenador Nacional do CRODEMAT

Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 09 de novembro às 10h15

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

TEMA:
A regulamentação de saúde e segurança do trabalho da nanotecnologia no plano da União Europeia e do Brasil através dos princípios fundamentais.

Thiago Andraus
Coordenador da mesa

Ilise Feitschans
Palestrante

Ivandick Rodrigues
Palestrante

Patrick Merisio
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 09 de novembro às 13h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

TEMA:
Políticas públicas e atuação administrativa-institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/Inmetro.

Estanislau Tallon Bozi
Coordenador da mesa

Eduardo Lousada
Palestrante

José Granjeiro
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 09 de novembro às 16h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

EIXO II
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Proteção da Amazônia

Jorsinei Nascimento
Coordenador da mesa

Manuel Cardoso
Palestrante

Ricardo Beça
Palestrante

Sandro Santiago
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 09 de novembro às 18h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

EIXO III
Tecnologia e acesso à Justiça

Guilherme Kirshtig
Coordenador da mesa

Marcos Dias
Palestrante

Ney Maranhão
Palestrante

Ricardo Brito Pereira
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

10/11

➤ Segundo dia do Seminário Virtual “Projetos e Impactos Tecnológicos sobre o Direito do Trabalho”.

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 10 de novembro 10h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

EIXO IV
Precarização do trabalho



Carolina Buarque
Coordenadora da mesa

Rodrigo Carelli
Palestrante

Rodrigo Castillo
Palestrante

Clarissa Schinestack
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 10 de novembro 13h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

TEMA:
Novas formas de precarização do trabalho?



Tadeu Henrique Cunha
Coordenador da mesa

Rafael Grohman
Palestrante

Paulo Roberto Martins
Palestrante

Thomaz Jensen
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 10 de novembro 14h30

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

TEMA:
A precarização do trabalho e seus efeitos sobre a saúde mental, discriminação e liberdade sindical



Roberto Marcondes
Coordenador da mesa

Adriana Calvo
Palestrante

Lorena Vasconcelos
Palestrante

Antonio Rodrigues de Freitas Junior
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 10 de novembro 16h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

EIXO V
Políticas públicas, sociais e educacionais diante dos impactos tecnológicos



Thais Bruch
Coordenadora da mesa

Jorge Boucinhas
Palestrante

Jorge Pontes
Palestrante

José Eduardo Chaves Junior
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

SEMINÁRIO VIRTUAL INTERNACIONAL 10 de novembro 18h

PROJETOS E IMPACTOS TECNOLÓGICOS
sobre o Direito do Trabalho

EIXO VI
Teletreabalho



Elaine Nassif
Coordenadora da mesa

Adriane Araújo
Palestrante

Manuel Estrada
Palestrante

Oscar Krost
Palestrante

Patrick Merisio
Palestrante

Transmissão pelo canal da ANPT no Youtube

Organização: ESCOLA ANPT

Apoia: MPT

- Reunião do Presidente, da Diretora de Assuntos Jurídicos e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas com o escritório de advocacia contratado pela ANPT. Em pauta, estratégias para a manutenção de vantagens pessoais (*"quintos/décimos/opção"*), inclusive após a aposentadoria.



- Homenagem ao associado Jeferson Luiz Pereira Coelho, Subprocurador-Geral do Trabalho, pelos 35 (trinta e cinco) anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho.

"Esta homenagem – tão singela quanto justa – resulta da imensa satisfação de tê-lo conosco, como membro e associado, sempre disposto a doar-se pelo Ministério Público do Trabalho e a lutar pelas legítimas aspirações da Classe, de seus integrantes e da Sociedade."

(José Antonio Vieira/Lydlane Machado)

11/11



- Card alusivo aos 20 (vinte) anos de existência da COORDINFÂNCIA - Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente.

12/11

- A ANPT, representada pela Procuradora do Trabalho Milena Cristina Costa, da 18ª Região, que integrou a comissão julgadora, participa da solenidade de entrega do Prêmio CNMP 2020, que foi instituído pela Resolução CNMP nº 94/2013 e tem por objetivo dar visibilidade aos programas e projetos que se destacaram, no âmbito do Ministério Público Brasileiro, pelo alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional.

13/11

- Edital de Convocação dos(as) interessados(as) na apresentação de peças ou artigos para a 55ª Edição da Revista Eletrônica do Ministério Público do Trabalho.
- Vídeo da FRENTAS, em decorrência da parceria com a Justiça Eleitoral. [Clique aqui](#) para assistir.

16/11

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a gestão documental e o Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos do Ministério Público (Processo nº 1.00668/2020-74).
- Adesão à Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores, que visa ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de parcerias entre movimentos sociais, entidades sindicais ou de classe, instituições, grupos de trabalho e núcleos de estudo e pesquisa comprometidos com a defesa da saúde e da segurança dos trabalhadores e trabalhadoras. Indicação do Diretor de Relações Institucionais e da Diretora Cultural e de Assuntos Científicos como representantes da ANPT.

18/11



➤ Reunião com a Secretária-Geral do Ministério Público da União, a Subprocuradora-Geral da República Eliana Torelly. Em pauta, as alterações no Plan-Assiste, a suspensão da prescrição das férias em decorrência da pandemia (vide despacho abaixo), a concessão de aposentadoria com os proventos do cargo ocupado, a despeito do tempo de exercício, e as diferenças de correção monetária da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), quitadas em 24/12/2020.

“DESPACHO

1. Tendo em vista as disposições expostas nos Pareceres nº 432/2020/CONJUR e Parecer nº 226/2020/CONJUR, as quais acolhi por meio dos Despachos nº 447/2020 e 11647/2020 e considerando a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas (PGR-00449945/2020), acrescidas das incertezas geradas diante do cenário atual de pandemia do novo Coronavírus (SARS-COVID-19), autorizo, em caráter excepcional, preferencialmente, até o término do primeiro semestre, o usufruto de férias do exercício de 2018, por membros, e de 2019, por servidores, no ano de 2021, 2. Encaminhe-se o presente expediente à Secretaria de Gestão de Pessoas para conhecimento e eventuais providências, inclusive quanto à ciência aos interessados.

(Assinado digitalmente)

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

Subprocuradora-Geral da República

Secretária-Geral”

- Convênio com o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), voltado à cooperação mútua e à integração institucional, com ênfase nas atividades de pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos jurídicos.



“A ANPT está imensamente honrada em assinar este Termo de Cooperação com o IAB, que resultará em inúmeras e profícuas ações e projetos acadêmicos voltados aos estudos jurídicos.” (José Antonio Vieira)

19/11

Visibilidade da Mulher

EXPOSITOAS

 Lydiane Machado Procuradora do Trabalho Vice-Presidente da ANPT	 Maria Aparecida Gugel Subprocuradora-Geral do Trabalho e Vice-Procuradora-Geral do Trabalho	 Elisana Torelly Subprocuradora-Geral da República e Secretária-Geral da Ministério Público da União
 Regina Butrus Procuradora Regional do Trabalho e Presidente da ANPT nas áreas 2000/2002 e 2002/2004	 Sandra Lia Simón Subprocuradora-Geral do Trabalho e Procuradora-Geral do Trabalho nas áreas 2003/2005 e 2005/2007	 Adriane Reis Procuradora Regional do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coesistência
 Noemia Porto Juíza do Trabalho e Presidente da INAMATTA	 Janine Rodrigues Escritora e Educadora	 Lucelena Ferreira Escritora, Professora e Pesquisadora

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

 Silvana da Silva Procuradora do Trabalho e cantora (acompanhada de Marco Lillo, do vixão)
--

- Live “Visibilidade da Mulher”.

20/11

- Card alusivo ao Dia da Consciência Negra.

“Dados mostram que a sociedade brasileira precisa priorizar a implementação de políticas públicas e ações afirmativas que concretizem o princípio da igualdade e promovam a justiça social”. (Trecho da legenda)

**21/11**

- Renovação, nos autos da ADI nº 6200/GO, do pedido de concessão de medida cautelar, para que seja imediatamente suspensa a eficácia da Lei nº 20.514/2019, do Estado de Goiás, que pretende viabilizar a extração e o beneficiamento do amianto crisotila, para fins de exportação.

CONCURSO MPT
SIMULADO PROVA ORAL
Banca Examinadora

21 e 22
 NOV

ESCOLA ANPT



José Antonio Vieira de Freitas Filho
 Presidente da ANPT e Diretor-Geral da Escola Associativa.



Ana Claudia Nascimento
 Procuradora do Trabalho, Conselheira Acadêmica da Escola da ANPT e Professora da PUC/MG.



João Batista Berthier Leite Soares
 Procurador-Chefe da PRT-1ª Região, Professor da UERJ e da PUC/RJ.



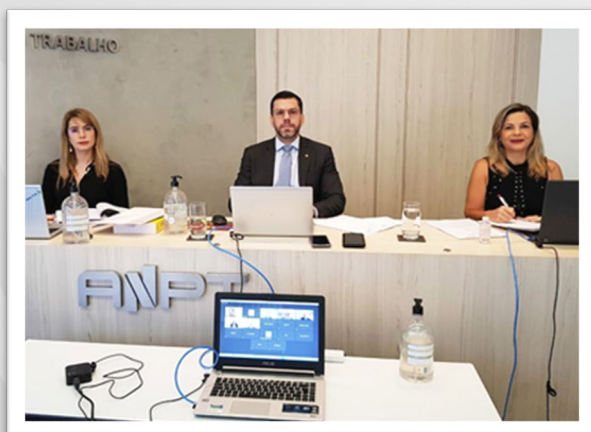
Noemia Garcia Porto
 Presidenta da ANAMATRA, Professora e integrante de grupos de pesquisa junto à UNB.



Otavio Pinto e Silva
 Presidente da ABRAT e Professor da USP.

➤ Início do Simulado da Prova Oral para o 21º Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

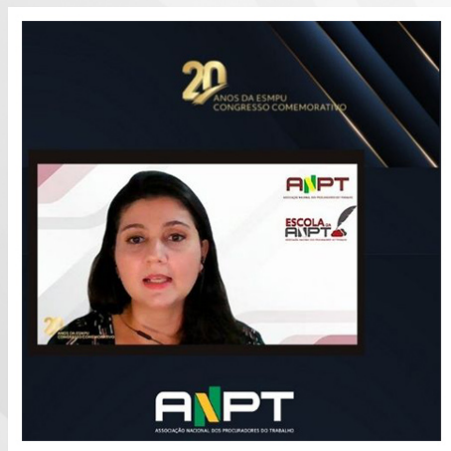
22/11



➤ Segundo dia do Simulado.

24/11

- Assembleia Geral Virtual para análise das contas da Diretoria do Biênio 2018/2020, relativas aos meses de dezembro de 2019 e janeiro a maio de 2020. Foram depositados 529 (quinhentos e vinte e nove) votos favoráveis.
- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de fixação de termo específico para a inclusão de feitos em pauta de julgamento (Processo nº 1.00692/2020-47).

26/11

- Participação da Vice-Presidenta no congresso comemorativo dos 20 (vinte) anos da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), no painel intitulado "Atuação Associativa e Direitos Fundamentais", a convite do Diretor-Geral Adjunto, o Subprocurador-Geral do Trabalho, Manoel Jorge e Silva Neto.

27/11

- Participação da Vice-Presidenta em reunião pública sobre medidas de igualdade étnico-racial e de enfrentamento da discriminação e da violência, no trabalho, contra a população negra.

“O modelo idealizado pela Carta Magna de 1988 está longe de ser plenamente alcançado. A sociedade em que vivemos ainda não absorveu o postulado de igualdade e, ao sabor das conveniências dos grupos dominantes, leia-se, do padrão do homem branco, ora ataca a igualdade em seu aspecto formal, ora a ataca em seu aspecto material, como ocorreu no caso da forte repercussão que teve um processo de seleção de trainees reservados a candidatos(as) negros(as)”. (Lydiane Machado)

30/11

- MPT EM AÇÃO.





- Participação da Vice-Presidenta em evento promovido pelo Ministério Público Federal.

03/12

- Card comemorativo do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.



- Conferência Reconnecta, promovida pelo Ministério Público do Trabalho e entidades parceiras, visando à conscientização da sociedade brasileira acerca da necessidade de medidas que garantam a igualdade de oportunidades e a inclusão. Participação do Presidente (abertura) e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas (mediadora da Mesa “Sistema S”).



“Pode parecer clichê, mas é verdade: a maior deficiência é a ausência de amor. E não é insuperável, exatamente como as demais”. (José Antonio Vieira)



04/12

➤ Lançamento do “Cafezinho da Escola”. Divulgação de vídeos semanais com temas jurídicos da atualidade, disponíveis na página da Escola da ANPT no Instagram.

06/12

➤ Participação do Diretor de Relações Institucionais na live “*Todos pelo Fim da Violência de Gênero – Campanha do Laço Branco*”, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil/Paraná.

07/12

➤ Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de implementação do “MP On Line” (Processo nº 1.00953/2020-29).

10/12

➤ Primeiro dia do Encontro Nacional Virtual das Procuradoras e Procuradores do Trabalho.



“Muitíssimo obrigado à Classe pelo voto de confiança originário e sobretudo pelo apoio subsequente, traduzido em diárias demonstrações de carinho e de reconhecimento que servem de conforto e estímulo. Há um traço que nos distingue e define o que talvez possamos chamar de alma institucional – o quanto de mais de si cada um de nós se mantém disposto a doar para o bem comum. Dessa entrega pessoal resulta a excelência do muito que se faz”. (José Antonio Vieira)



“Ganhamos algumas, perdemos outras, mas o certo é que jamais deixamos de ‘combater o bom combate’ e, mesmo nos momentos mais difíceis, de ‘guardarmos a fé’. A fé de que, um dia, a Constituição da República será respeitada e, verdadeiramente, viveremos em uma sociedade livre, justa e solidária. Ainda há muito a conquistar, ainda há muito pelo que lutar, mas, impregnados pelo amor ao Estado Democrático de Direito, seguimos travando batalhas ora contra supermercados, ora contra o Estado, ora contra toda uma cultura solidamente alicerçada na desigualdade e na crença de que o trabalho serve ao ‘mercado’”. (Lydiane Machado)

Prêmio Evaristo de Moraes Filho

21ª Edição



1º LUGAR

Petição inicial de ação civil pública cumulada com ação civil coletiva ajuizada em face de uma mineradora, devido ao rompimento da Barragem de Brumadinho/Minas Gerais.



ANA CLÁUDIA NASCIMENTO
GOMES – 3ª REGIÃO



AURÉLIO AGOSTINHO
VERDADE VIEITO – 3ª REGIÃO



CARLOS EDUARDO ALMEIDA
MARTINS – 2ª REGIÃO



GERALDO EMEDIATO DE
SOUZA – 3ª REGIÃO



JULIANA CARREIRO CORBAL
OITAVEN – 5ª REGIÃO



LUCIANA MARQUES COUTINHO
– 3ª REGIÃO



MARCIO AMAZONAS CABRAL
DE ANDRADE – PGT

Prêmio Evaristo de Moraes Filho

21ª Edição



2º LUGAR

Petição inicial de ação civil pública ajuizada em face de uma instituição bancária, tendo por objeto a criação e a efetivação de política de responsabilidade socioambiental.



CATARINA VON ZUBEN –
15ª REGIÃO



CHRISTIANE VIEIRA NOGUEIRA
– 2ª REGIÃO



GISELA NABUCO MAJELA
SOUSA – 10ª REGIÃO



ILEANA NEIVA MOUSINHO –
21ª REGIÃO



LEONARDO OSÓRIO
MENDONÇA – 6ª REGIÃO



LIA MAGNOLER GUEDES DE
AZEVEDO RODRIGUEZ – 15ª REGIÃO



RAFAEL DE ARAÚJO GOMES –
15ª REGIÃO



ULISSES DIAS DE CARVALHO –
6ª REGIÃO

**Prêmio
Evaristo de
Moraes Filho
– 21ª Edição**



3º LUGAR

Petição inicial de ação civil pública ajuizada em face de um shopping center, contra a prática de *blackface* e campanhas publicitárias caracterizadoras de racismo, discriminação ou preconceito



RAIMUNDO PAULO DOS
SANTOS NETO – 10ª REGIÃO

COMISSÃO JULGADORA



JOSELITA NEPOMUCENO
BORBA – APOSENTADA



RODRIGO OCTÁVIO DE GODOY
ASSIS MESQUITA – 3ª REGIÃO



ANA FARIAS HIRANO –
15ª REGIÃO

Prêmio Evaristo de Moraes Filho

21ª Edição



1º LUGAR



LUTIANA NACUR LORENTZ –
3º REGIÃO

Artigo: "Criação no processo judicial eletrônico de um banco de dados de ações civis públicas: efetividade dos seus efeitos *erga omnes*"

2º LUGAR



CLARISSA RIBEIRO
SCHINESTSCCK – 2º REGIÃO

Artigo: "As condições de trabalho em plataformas digitais sob o prisma do direito ambiental laboral"

3º LUGAR



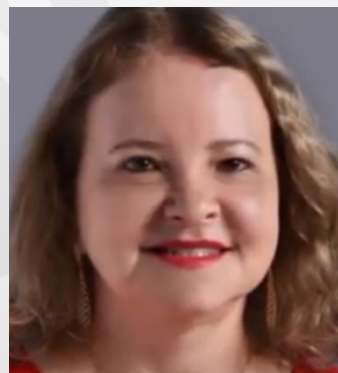
RENAN BERNARDI KALIL –
2º REGIÃO

Artigo: "Ação sindical e direito do trabalho de emergência no Brasil: uma análise a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos"

COMISSÃO JULGADORA



ZÉLIA MARIA CARDOSO
MONTAL – APOSENTADA



INÊS OLIVEIRA DE SOUSA –
5º REGIÃO



SANDOVAL ALVES DA SILVA –
8º REGIÃO

ENCONTRO NACIONAL VIRTUAL DOS
PROCURADORES E PROCURADORAS
DO TRABALHO

“Será um prazer mergulhar com Procuradores e Procuradoras do Trabalho no profundo reino das palavras onde moram os equipamentos de justiça social. A ciranda das palavras forma um quilombo híbrido e contemporâneo. Vamos precisar de todo mundo.”

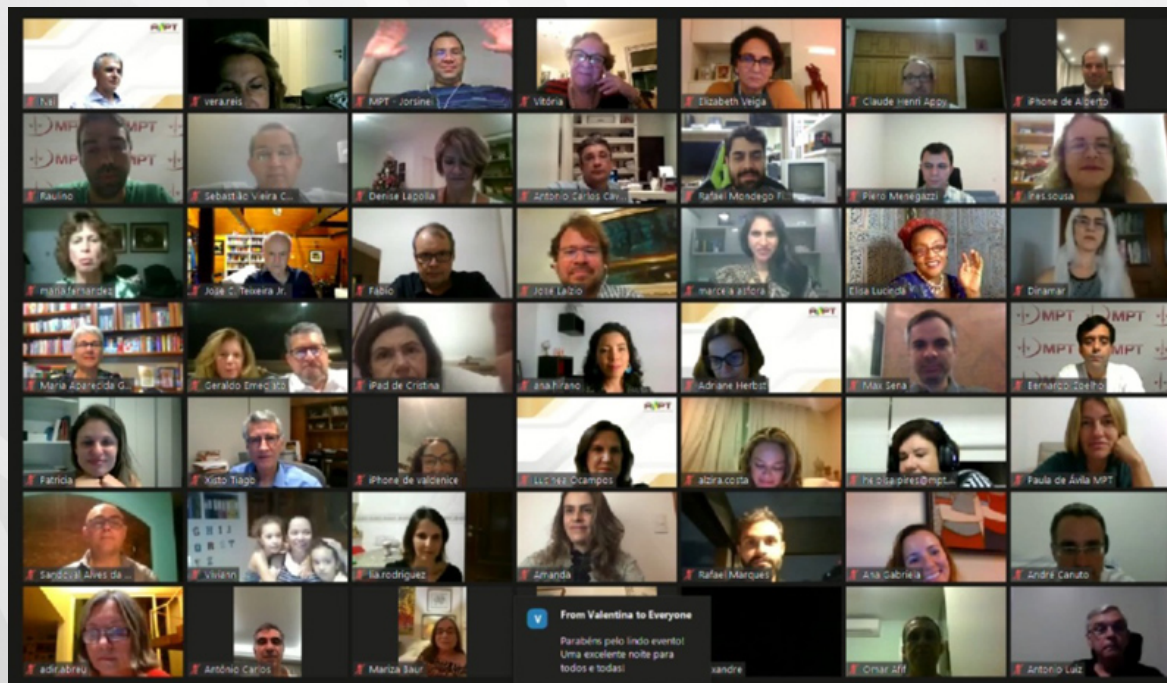
"Palavra é Poder Recital"
com Elisa Lucinda - Escritora, poetisa, cantora e atriz.

10/12, às 18h

Transmissão pela plataforma Zoom

ANPT
Associação Nacional dos Advogados do Trabalho

Apresentação de encerramento do primeiro dia de evento, com a escritora, poetisa, cantora e atriz Elisa Lucinda



11/12

- Participação do Presidente e da Vice-Presidenta na confraternização de fim de ano da Procuradoria-Geral do Trabalho e da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

“A provar o dinamismo da vida, ora novamente aqui estou – desta vez, porém, como Presidente da Associação. A peculiar condição transitória se alterou, mas o essencial não mudou. Permanecem a vitalícia condição de membro do Ministério Público do Trabalho e a imensa satisfação de estar na PGT, com os associados e associadas nela lotados, com seus servidores, servidoras, estagiários, estagiárias, terceirizados e terceirizadas, que notoriamente se desdobram no atendimento das nossas necessidades, mesmo, muitas vezes, pessoais. As circunstâncias ainda não permitem um novo encontro presencial. Mesmo à distância, estou contente, por poder, de algum modo, retribuir tudo de bom que de todas e todos sempre recebi”. (José Antonio Vieira)

- Segundo dia do Encontro Nacional Virtual. Atingida a marca de 425 (quatrocentas e vinte e cinco) conexões simultâneas, nos dois dias do Evento.



"É ótimo tê-los novamente aqui, nesse segundo dia de Encontro. Creio ser possível dizer que, ontem, ficamos – todos e todas – tocados pela beleza e pela significância do nosso conagraçamento. Há pouco falei por toda a Classe na festa de confraternização da Procuradoria-Geral do Trabalho, que, por nossa compleição nacional, é a segunda casa dos Procuradores e das Procuradoras de todo o País, de qualquer dos níveis da carreira. Ora retomo a palavra porque jamais renunciaria ao privilégio de apresentar Waldir Bitu e Denise Lapolla ou ao ainda maior de enaltecer publicamente seus atributos e o que representam para o movimento associativo". (José Antonio Vieira)

"Aprendemos a valorizar ainda mais o tempo em família, com amigos e amigas, com a saúde, a valorizar este nosso Encontro Nacional justamente porque é preciso e possível celebrar a vida e acreditar nas palavras esperança, amor, alento, carinho, amizade, contemplação, aprendizado, amadurecimento, reflexão, união, fé. Enfim, celebrar a vida!" (Waldir Bitu)

“Aos meus queridos colegas aposentados eu gostaria de dizer que é muito bom estar com vocês, diariamente, dividindo espaço nos grupos de WhatsApp, em meio a discussões e bom humor próprios de quem já deu sua parcela de contribuição e está de bem com a vida. Aos colegas da ativa, de quem muito me orgulho, digo que persistam em sua luta diária em prol da sociedade, porque a perseverança é como a flecha, que nem sempre atinge o alvo, mas mantém o foco na mira e outra flecha na aljava”. (Denise Lapolla)

Homenagem aos(às) Decanos(as) do Ministério Público do Trabalho. [Clique aqui](#) para assistir ao vídeo editado pela ANPT.



Encerramento do segundo dia de evento, com o show Voz e Piano, de Fafá de Belém.

ENCONTRO NACIONAL VIRTUAL DOS
PROCURADORES E PROCURADORAS
DO TRABALHO

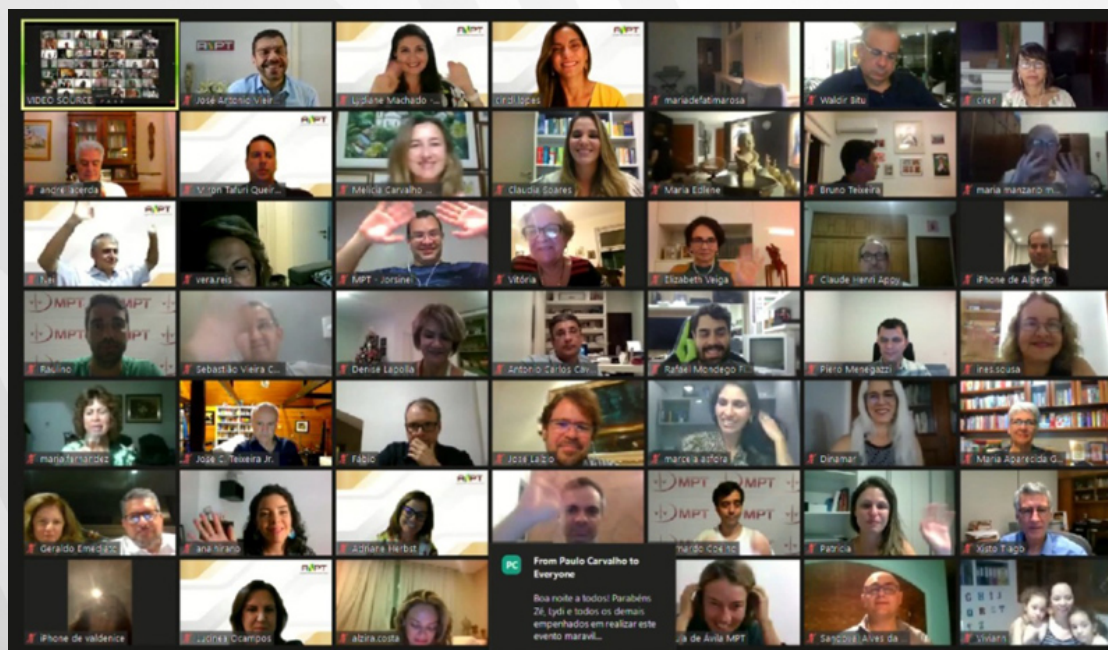
“Em um país com tanta injustiça, poder contar com gente séria é muito bom, principalmente quando você olha com o seu olhar generoso, protetor e prudente, para o jovem, a criança, o trabalho infantil, o abuso infantil. É muito bom estar com vocês!”

Show "Voz e Piano"
com Fafá de Belém

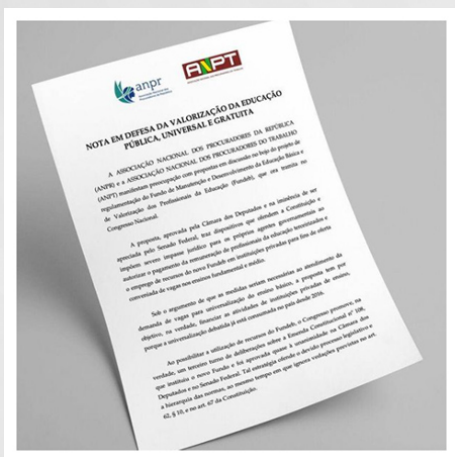
11/12, às 18h

Transmissão pela plataforma Zoom

ANPT
Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho



14/12



- Nota Pública em Defesa da Valorização da Educação Pública, Universal e Gratuita, subscrita em conjunto com a ANPR, citada no voto de rejeição das alterações propostas na regulamentação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

15/12

- Participação do Presidente na reunião do Conselho Gestor do Plan-Assiste. Aprovação da proposta de manutenção da sistemática de contribuição anterior dos pais, mães, padrastos ou madrastas que eram dependentes econômicos, deixaram de ser em virtude da ausência de atualização da tabela do Imposto de Renda e se achavam inscritos no Plan-Assiste por mais de 5 (cinco) anos consecutivos.



- Participação do Presidente, da Vice-Presidenta e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas na confraternização de fim de ano da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

16/12

- Oposição de embargos de declaração, em conjunto com a ANPR, a AMPDFT e a ANMPM, do acórdão contendo o texto consolidado da resolução que regulamentará o Programa de Assistência à Saúde Suplementar para membros e servidores do Ministério Público,

“PELO EXPOSTO, as entidades subscritoras requerem o conhecimento e o provimento destes embargos de declaração, para que, sanadas a omissão e a contradição apontadas, seja suprimida, no inciso II do § 1º do art. 4º, a referência às “participações obrigatórias dos beneficiários”, assim como, no § 2º do mesmo artigo, a vedação à “vinculação simultânea a mais de uma modalidade”, com a atribuição das seguintes redações aos indigitados dispositivos:

“§ 1º O beneficiário que participar de programa de saúde suplementar na forma dos incisos I e II, para si ou seus dependentes, custeado total ou parcialmente pelo Erário, terá assegurado o reembolso nos termos do respectivo regulamento, nas seguintes condições:

I – aplicação dos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 5º desta Resolução;

II – dedução da contrapartida do ente público;

III – a limitação de reembolso apenas por despesas efetivamente comprovadas.

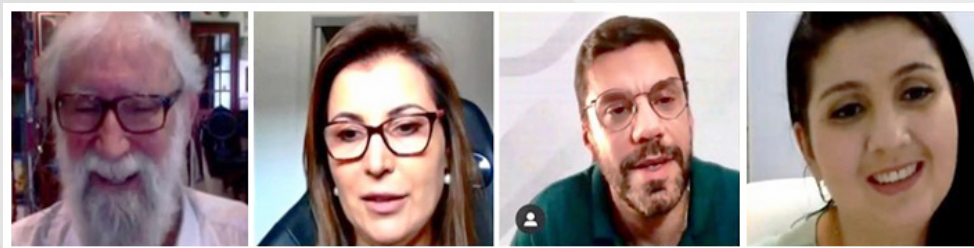
§ 2º Ressalvado o reembolso de que trata o parágrafo anterior, não será obrigatória a instituição do auxílio previsto no inciso IV quando for adotada alguma das outras modalidades previstas no caput”. (Parte conclusiva da peça).



➤ Adesão à Carta da RECONNECTA.

17/12

- Reunião Extraordinária da Diretoria e do Colégio de Delegados e Delegadas. Em pauta, entre outros temas, a segunda postergação do Congresso Nacional. [Clique aqui](#) para acessar a ata.
- Participação do Presidente e da Vice-Presidenta na confraternização de fim de ano da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região.
- Participação do Presidente e da Vice-Presidenta na *live* com o teólogo Leonardo Boff, promovida pela Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, mediada pela Procuradora-Chefe Margaret Matos.



18/12



➤ Participação do Presidente, da Vice-Presidenta e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas na confraternização de fim de ano da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região.

21/12

➤ Homenagem à associada Maria Vitoria Süssekind Rocha, Procuradora Regional do Trabalho vinculada à 1ª Região, pelos 45 (quarenta e cinco) anos de dedicação ao Ministério Público do Trabalho.



“Na Primeira Região, à qual se vinculou desde sempre, Vic, como carinhosamente é chamada, se tornou uma sábia e incontestável unanimidade, entre pares, servidores, estagiários e terceirizados. Há quase duas décadas integra o núcleo que combate a exploração do trabalho da criança e do adolescente. A garra, a entrega, o aguçadíssimo senso de justiça e o desejo de transformar a realidade social impressionam. Genuinamente trata, como se fossem seus, os filhos e as filhas de todo o mundo”. (José Antonio Vieira/Lydiane Machado)

➤ MPT EM AÇÃO.



➤ Card em cumprimento aos aprovados no 21º Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho. Dos 42 (quarenta e dois), 26 (vinte e seis) foram alunos(as) da Escola da ANPT.

22/12

- Nota Pública de apoio à indicação da advogada Melina Girardi Fachin como Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH/OEA, a única brasileira entre os habilitados.



NOTA PÚBLICA EM APOIO À INDICAÇÃO DE MELINA GIRARDI FACHIN
AO CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CIDH/OEA

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho de todo o País, nos termos do inciso VII do art. 2º do seu Estatuto, vem apoiar a indicação de MELINA GIRARDI FACHIN como Secretária Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – CIDH/OEA.

Melina Girardi Fachin é mestre e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a única brasileira a figurar na lista de 10 (dez) nomes que concorrem ao indigitado cargo, posição estratégica na defesa dos direitos humanos nas Américas, para mandato de 4 (quatro) anos.

23/12

- Requerimento, em conjunto com a ANPR, a AMPDFT e a ANMPM, de pagamento integral das diferenças de correção monetária da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).
- Consulta Virtual ao Colégio de Associados e Associadas para definição do novo período de realização do XXI Congresso Nacional, tendo sido escolhido, com 210 (duzentos e dez) dos 274 (duzentos e setenta e quatro) votos computados, o de 11 a 14 de novembro de 2021.

- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de estabelecimento de condições peculiares para gestantes e lactantes na realização de concursos públicos, em cursos de vitaliciamento, no estágio probatório e durante o exercício das funções institucionais (Processo nº 1.01033/2020-37) e a que disciplina a fiscalização, pelo Ministério Público brasileiro, da prática de assédio sexual nas instituições de Segurança Pública e nas Forças Armadas (1.01019/2020-70).

24/12

- Cards alusivos às festas de fim de ano.



26/12

FRENTAS

Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público

NOTA PÚBLICA DE PESAR E REPÚDIO

A FRENTE ASSOCIATIVA DA MAGISTRATURA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FRENTAS, integrada pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT, pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), pela Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), pela Associação dos Magistrados do Distrito Federal e Territórios (AMAGIS/DF) e pela Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), entidades de âmbito nacional que congregam mais de 40.000 magistrados e membros do Ministério Público em todo o país, consternada com a brutal violência que vitimou a juíza fluminense Viviane Vieira do Amaral, no último dia 24 de dezembro, vem expressar o mais profundo pesar e firme repúdio ao feminicídio e a qualquer forma de violência contra a mulher.

Apesar do incremento, nos últimos anos, de medidas de combate à criminalidade e à violência contra a mulher, o Brasil ainda ocupa uma posição extremamente negativa, no cenário internacional, quanto ao número de casos, circunstância que requer a adoção de postura mais enérgica.

➤ Nota de Pesar pela brutal violência que vitimou a juíza fluminense Viviane Vieira do Amaral e de Repúdio ao feminicídio e a qualquer forma de agressão contra a mulher, emitida no âmbito da FRENTAS.

➤ Aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho da Resolução nº 179, que dispõe sobre a reversão de bens e recursos decorrentes da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho e respectivas medidas de fiscalização, com o acolhimento, pela Conselheira Relatora Júnia Nader, quase que integralmente, da proposta da ANPT.



NOTA PÚBLICA DE APOIO À REVISÃO DA ATUAL COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, entidade que congrega e representa os Procuradores e as Procuradoras do Trabalho de todo o País, nos termos do inciso VII do art. 2º do seu Estatuto, vem manifestar-se FAVORAVELMENTE à revisão da atual composição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, para que órgãos do sistema de justiça, como o Ministério Público do Trabalho, e representações da sociedade civil lhe sejam reincorporados.

Criada e constituída em 12 de setembro de 2002, com ampla representatividade, após a ratificação da Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil e as ações imediatas para a sua eliminação, a CONAETI contribuiu significativamente, ao longo da sua existência, para a proteção das crianças e adolescentes, tendo sido a responsável pela elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

➤ Nota Pública de apoio à revisão da atual composição da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI).

29/12

➤ Sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, destinada exclusivamente à homologação do resultado final do 21º Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

30/12

- Solenidade de Posse dos novos Procuradores e Procuradoras do Trabalho, todas e todos já associados à ANPT.



Camilla Mello e Lima

Claiz Maria Pereira
Gunça dos Santos

Claudia Letícia Alba
Colucci Resende

Danilo Nunes
Vasconcelos

Fernanda
Barreto Neves

Gleyce Amarante
Araújo Guimarães



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícua, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



Juliana de
Oliveira Góis

Mariana Furtado
Guimarães

Olaf Schyra

Paula Bueno Ravena

Pedro Guimarães Vieira

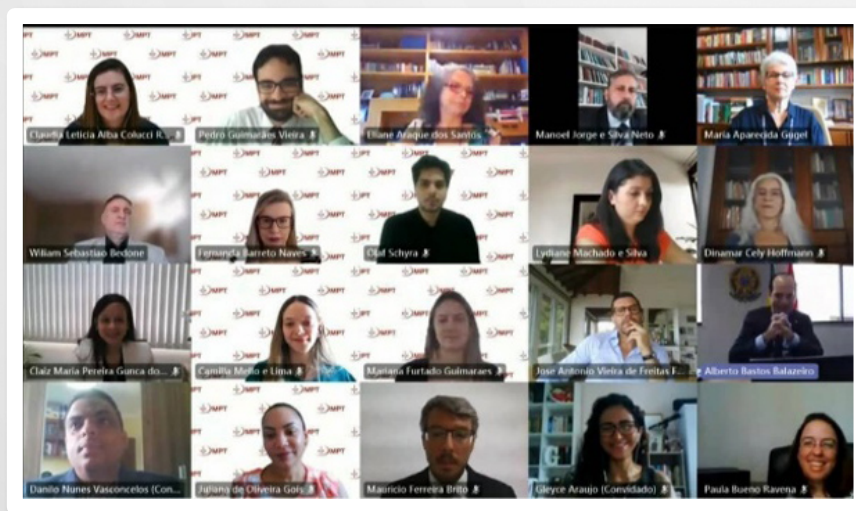


A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícua, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.

“Em 2020, apesar das notórias dificuldades, o Ministério Público do Trabalho fortaleceu-se e demonstrou ser, de fato, imprescindível à preservação do interesse público, mérito de todas e todos, que, juntos e diariamente, escrevemos a história institucional, aprimorando um legado, o nosso mais sólido alicerce, fruto da labuta comum e concertada, inclusive dos que chegaram antes de nós. (...) Muitíssimo obrigado por quererem estar conosco e por tudo o que fizeram para concretizar a aspiração profunda. Diante das sucessivas tentativas de desconstrução do próprio Direito do Trabalho, saibam que, assim, elevaram a nossa autoestima. Embora impedidos de realizar uma solenidade presencial, acreditem, estamos em júbilo, com o espírito em festa. Contem com a Associação, que ora reitera o compromisso de zelar pelo desenvolvimento e pela implementação de ações, medidas e programas de acolhimento, bem como de apoio e integração permanentes, voltados aos colegas recém-ingressos e aos lotados nas Procuradorias do Trabalho em Municípios, para que, por exemplo, jamais respondam sozinhos pelos ônus naturais da interiorização, uma conquista institucional, ou percam a esperança de retornar às suas regiões de origem”. (José Antonio Vieira)

04/01

- FRENTAS publica vídeo, cujo roteiro, elaborado pelo Presidente José Antonio Vieira, expõe à sociedade as severas restrições legais a que estão sujeitos(as) os(as) integrantes da Magistratura e do Ministério Público, correlacionando-as às garantias e prerrogativas institucionais. [Clique aqui para assistir.](#)



- Participação do Presidente e da Vice-Presidenta na abertura de evento destinado à recepção e ao acolhimento das Procuradoras e Procuradores do Trabalho recém-empossados, oriundos do XXI Concurso.

06/01

- Participação do Presidente no painel “Integração PGT, CNMP e ANPT” do Curso de Ambientação de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, Edição 2021.

“A Associação tem devotado especialíssima atenção aos deveres inerentes ao assento que lhe é assegurado no Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho e procurado ser proativa e decisiva nos processos de normatização interna e externa, com a apresentação de pareceres, notas técnicas, propostas e contrapropostas, segundo a vontade do Colégio de Associados e Associadas.” (José Antonio Vieira)

08/01



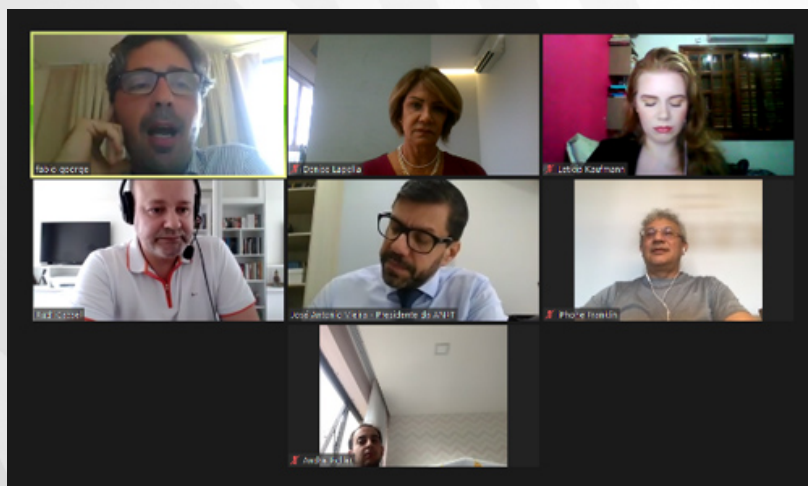
- Card alusivo à declaração de 2021 como Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

- Vídeo associativo consignando respeito à memória das vítimas fatais da pandemia e prestando solidariedade às famílias enlutadas. [Clique aqui para assistir.](#)

12/01

- Divulgação de Nota Técnica, elaborada pela Diretoria Executiva do Plan-Assiste/MPF, a requerimento da ANPT. [Clique aqui para acessar.](#)

14/01



- Reunião dos Presidentes da ANPT e da ANPR, na presença da Diretora e do Diretor de Assuntos de Aposentados e Aposentadas, com os advogados contratados, para a avaliação de estratégias de impugnação de decisões do Tribunal de Contas da União, contrárias à percepção de quintos/décimos/opção.

➤ MPT EM AÇÃO.



ANPT #MPT EM AÇÃO

MPT em Mato Grosso faz destinação para estruturação de brinquedoteca do Conselho Tutelar de Rondonópolis (MT).



ANPT #MPT EM AÇÃO

Projeto do MPT-ES garante qualificação profissional e oportunidade de empreendedorismo nas áreas de alimentação, beleza e serviços.



Com apoio do MPT, primeira biblioteca indígena (BiblioÓCA) é inaugurada em Mato Grosso.

#MPT EM AÇÃO

ANPT



#MPT EM AÇÃO

MPT na Paraíba destina recursos para equipar aeronave do Corpo de Bombeiros e transformá-la em UTI.

ANPT

15/01



➤ Card em solidariedade aos Amazonenses, sobremaneira afetados pela pandemia.

19/01

➤ Mensagem de agradecimento aos(às) colegas e servidores(as) que se dedicaram às atividades do XXI Concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

“A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO – ANPT, cumprimenta os(as) colegas, associados e associadas, que, em todo o País e a diversos títulos, contribuíram decisivamente, em um contexto de crise sanitária, para a segura e célere conclusão do 21º Concurso Público para o Cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho, ora destacando, muito especialmente, o engajamento, a sensibilidade e a presteza dos(as) responsáveis pelas atividades correlatas no âmbito da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região. Aos cumprimentos somam-se os agradecimentos, ambos extensíveis à equipe de apoio – servidores(as), terceirizados(as) e agentes externos. (...) A ANPT, atenta à função social de qualquer empreendimento, esclarece, ademais, que manterá, nas atividades organizadas por sua Escola, mormente quando destinadas à preparação de futuros Procuradores e Procuradoras do Trabalho, política de cotas a partir, também e não apenas, do recorte racial, sendo certo que as portas da Escola estarão abertas, indistintamente, aos(às) que, a despeito do exaustivo processo de preparação, ficaram por realizar o sonho de se tornar membros(as) do Ministério Público do Trabalho. Há lugar para todas e todos na luta pela efetivação do ideário da justiça social”.

- O Presidente, a Vice-Presidenta e o Procurador do Trabalho Marcelo Souto Maior, membro do Conselho Deliberativo da Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (Jusprev), reúnem-se com a Gerente-Geral da entidade, Deborah Maggio, para a exposição das vantagens e benefícios oferecidos. Fica acertada a realização de uma *live* sobre o tema, destinada aos(às) associados(as).

20/01

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a instituição da Política Nacional de Integração e Cooperação Tecnológica do Ministério Público brasileiro, assim como a criação da Plataforma Integrada do Ministério Público (Processo nº 1.00955/2020-36).
- Vídeo pela passagem do ano, em homenagem à força e ao legado associativos. [Clique aqui para assistir.](#)
- CAMPANHA RESPIRAR.



“Os hospitais do Amazonas chegaram a uma situação crítica. Os leitos já estavam com 100% de ocupação e, agora, o abastecimento de oxigênio está sendo interrompido em todo o Estado, inclusive na rede privada. A AAMP, a CONAMP, a ANPR e a ANPT tomaram a iniciativa de arrecadar fundos para a aquisição do insumo e para a construção de uma mini-usina de oxigênio em Manaus. Os recursos serão administrados pela Associação do Amazonas, com a oportuna prestação de contas.” (Trecho da legenda do primeiro card)

28/01



28
JAN

Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

"A escravidão, que insiste em se perpetuar, tem classe social e, majoritariamente, cor e raça. Ela nos humilha perante a comunidade internacional, nos expõe a vexatórios embargos e atenta contra a concretização de todos os objetivos fundamentais da República"

José Antonio Vieira
Presidente da ANPT



➤ Card alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

"A vulnerabilidade facilita o recrutamento da mão de obra, assim como a ausência de políticas públicas de geração de emprego e renda conduz à reincidência e os trabalhadores, comumente, voltam a se submeter às condições originárias, às vezes gratos pela mera possibilidade de subsistência, embora indigna. Entre as vítimas, não raramente estão crianças, adolescentes, idosos e índios, que, nada obstante sejam destinatários de especial proteção, acham-se em situação de extrema miserabilidade. Combater a escravidão é um dever, um modo de salvação, pressuposto para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária. É preciso aguçar o engajamento e a sensibilidade, para que o mais possível se faça e o grande mal se dissipe". (José Antonio Vieira)



- A Vice-Presidenta participa de Ato Público promovido pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (SINAIF), em repúdio à chacina de Unaí, que completou dezessete anos sem que todos os envolvidos tenham sido responsabilizados.

03/02

- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre as condições especiais de trabalho para membros(as) e servidores(as) do Ministério Público que se enquadrem na condição de pessoa com deficiência ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por pessoa na mesma condição (Processo nº 1.00743/2020-03) e o aprimoramento da atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência contra a mulher (Processo nº 1.01012/2020-94).

10/02



➤ MPT EM AÇÃO.

- Nota técnica da ANPT, em conjunto com a ANAMATRA, a ABRAT e o SINAIT, contrária à edição de decreto para a instituição do Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de normas trabalhistas, bem como para a revisão e a consolidação de decretos precedentes.
- Reunião da ANPT, da ANAMATRA, da ABRAT e do SINAIT com o Secretário Executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, para entrega da nota técnica.
- Participação da Diretora de Assuntos Jurídicos, Carolina Hirata, em reunião do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

11/02



➤ A Diretora de Assuntos Jurídicos com o Presidente e a Vice-Presidenta, na Sede da Associação.

12/02

➤ Protocolo, nos autos do PGEA N° 20.02.0001.0010120/2019-21, de contraproposta à minuta de alteração da Resolução n° 166, que dispõe sobre a atuação finalística do Ministério Público do Trabalho.



- Card alusivo à aprovação, pelo Senado Federal, da Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial.

15/02

- ANPT, ANPR e CONAMP opõem embargos de declaração da proposta de resolução que tem por objetivo disciplinar a prática de *coaching* por membros(as) do Ministério Público brasileiro.

“É preciso ter-se em conta que o exercício do magistério, por membros do Ministério Público, serve ao despertar de vocação entre bacharéis em Direito e à projeção institucional nos círculos acadêmicos e de ensino. Não por outra razão, a Constituição, em termos restritivos que, obviamente, não podem ser elásticos, o autorizou”.

22/02

- Sentença condenatória em obrigação de fazer (retratação por escrito, adequada e pública) e no pagamento de dano moral, proferida nos autos de ação proposta na defesa de associado moralmente atingido no exercício de suas atribuições ordinárias.

23/02

- Reunião do Presidente com a Assessoria do Ministro Vital do Rego, do Tribunal de Contas da União. Em pauta, a petição apresentada, em conjunto com a ANPR, visando à suspensão das decisões de cassação dos “quintos/décimos/opção”, proferidas nos processos individuais de registro das aposentadorias.

24/02

- O Presidente toma posse como membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), após unânime aprovação de seu nome, por indicação da Presidenta Rita Cortez e da Secretária-Geral Adriana Guimarães.





➤ O Presidente e a Vice-Presidenta comparecem à reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), realizada na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho. No encontro, que contou com presença do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, do Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Balazeiro, do Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, e dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos Estaduais e demais ramos do Ministério Público da União, foram debatidas proposições legislativas em tramitação no Congresso

Nacional, a atuação do Ministério Público brasileiro, seus impactos sociais e os desafios para o enfrentamento da pandemia.



➤ *Card* em solidariedade ao povo do Acre.

25/02

➤ Reunião da FRENTAS. Em pauta, a “PEC Emergencial” – nº 186/2019.



➤ O Presidente participa do lançamento da Revista MPT em Quadrinhos – Saúde Mental no Trabalho.

“O tema não poderia ter sido escolhido com mais propriedade, inclusive pela manifesta e estreita relação com valores muito caros à preservação da dignidade da pessoa humana, como a solidariedade, a empatia, a capacidade de atentar para as vicissitudes alheias e o compromisso de fazer o mais possível para que as dores e aflições sejam aplacadas”. (José Antonio Vieira)

26/02

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO ESTRATÉGICA
PARA O MPT

O CURSO INCLUI:

- Videoaulas expositivas
- Material complementar
- Apostilas com conteúdo e questões
- Treinos e provas simuladas
- 1 ano de acesso

Carga horária: 160 horas Início das aulas: abril

PRÉ-VENDA: 04/03

ESCOLA ANPT

➤ Divulgação do primeiro curso extensivo da Escola da ANPT, voltado à preparação para todas as etapas do concurso para o cargo de Procurador e Procuradora do Trabalho.

➤ **CORPO DOCENTE**

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS
PROFESSORES



José Antonio Vieira de Freitas Filho

Procurador Regional do Trabalho (PRT 1ª Região), Presidente da ANPT, Diretor-Geral da Escola Associativa.

Aula inaugural

ESCOLA ANPT

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS
PROFESSORES



Patrick Maia Merísio

Procurador do Trabalho (PRT 2ª Região), Diretor Pedagógico da Escola da ANPT, Coordenador do Grupo de Trabalho Nanotecnologia: Impactos na Saúde e Segurança do Trabalho, Mestre em Direito e Sociologia pela UFF.

TEMA:
Direito Pandêmico do Trabalho,
impactos tecnológicos no trabalho
 (Teletrabalho e Nanotecnologia)

ESCOLA ANPT

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Ana Cláudia Nascimento Gomes

Procuradora do Trabalho (PRT 3ª Região).
Pós-doutoranda em Direito Material
do Trabalho pela UDF/DF. Conselheira
Acadêmica da Escola Associativa.

TEMA:

Direito Constitucional, controle de
constitucionalidade, jurisprudência
do STF em Direito do Trabalho



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Ana Lúcia Ribas Saccani Casarotto

Procuradora Regional do Trabalho
(PRT 15ª Região). Especialista em
Compliance e Integridade Corporativa.

TEMA:

Direitos Humanos,
Compliance e Empresas



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Andréa De Sá Roriz Tannus Freitas

Procuradora do Trabalho (PRT 5ª Região).
Especialista em Direito Público. Coordenadora
Regional da COORDINFÂNCIA.

TEMA:

Proteção à criança e
ao adolescente



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Augusto Grieco Sant'anna Meirinho

Procurador do Trabalho (PRT 7ª Região).
Doutor em Direito das Relações Sociais
pela PUC/SP. Ex-Coordenador Nacional
da CONATPA.

TEMA:

Trabalho portuário e aquaviário
e Direito Previdenciário



CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Carolina Hirata

Procuradora do Trabalho (15ª Região).
Mestre em Direito. Diretora de
Assuntos Jurídicos da ANPT.

TEMA:

**Ação Civil Pública,
Inquérito Civil e TAC**



CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Cláudia De Mendonça Braga Soares

Procuradora do Trabalho (PRT 5ª Região).
Especialista em Direito Civil e Processo Civil.
Integrante da Coordenadoria Nacional
de Segundo Grau.

TEMA:

**Ministério Público do Trabalho,
Órgão Interveniente, atuação
por precedentes judiciais**



CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Cristiano Lourenço Rodrigues

Procurador do Trabalho (PRT 2ª Região).
Doutorando em Direito do Trabalho e da
Seguridade Social pela Faculdade de Direito
do Largo de São Francisco/USP, Coordenador
Regional da CODEMAT.

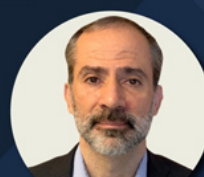
TEMA:

**Meio Ambiente do Trabalho, estudo
das principais NRs, de suas aplicações
práticas e repercussões processuais**



CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Fabrício Silva De Carvalho

Procurador do Estado (RJ). Mestre
em Direito Civil pela Universidade
Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

TEMA:

**Direito Civil (Teoria Geral,
obrigações e contratos)**



**PARA INTEGRAR O NOSSO
TIME DE EXCELÊNCIA**



· · Gisele Góes · ·

Direito Processual Civil – Teoria Geral do Processo,
Provas e Intervenção do MPT no Processo Civil.

Procuradora Regional do Trabalho (PRT 8ª Região).
Doutora (PUC/SP). Mestre (UFPA). Coordenadora
Nacional da Coordenadoria de Segundo Grau.

ESCOLA
R/1PT

CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

**CONHEÇA NOSSOS
PROFESSORES**



João Batista Berthier Leite Soares

Procurador do Trabalho (PRT 1ª Região).
Doutor em Direito pela Universidade Estadual
do Rio de Janeiro (UERJ). Procurador-Chefe
da PRT/1ª Região.

TEMA:
Direitos Constitucionais e
Direitos Fundamentais

ESCOLA
R/1PT

CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

**CONHEÇA NOSSOS
PROFESSORES**



José Claudio Monteiro Brito Filho

Procurador Regional do Trabalho
aposentado (PRT 8ª Região). Doutor em Direito
das Relações Sociais pela PUC/SP. Conselheiro
Acadêmico da Escola Associativa.

TEMA:
Direito Coletivo do Trabalho

ESCOLA
R/1PT

CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

**CONHEÇA NOSSOS
PROFESSORES**



José Gervásio Abrão Meireles

Juiz do Trabalho Substituto do TRT
da 10ª Região. Especialista em Direito
Constitucional pela UnB.

TEMA:
Direito Processual do Trabalho

ESCOLA
R/1PT

PARA INTEGRAR O NOSSO TIME DE EXCELÊNCIA



· · Lutiana Nacur Lorentz · ·

Direito Processual Civil – ações e incidentes de competência originária dos tribunais e generalidades do recurso.

Procuradora Regional do Trabalho (PRT/3ª Região).
Mestra e Doutora em Direito Processual pela PUC/MINAS. Coordenadora do GT7 do Conselho Nacional do Ministério Público. Conselheira Acadêmica da Escola da ANPT.



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Marcelo Freire Sampaio Costa

Procurador do Trabalho (PRT 2ª Região).
Doutor em Direito pela PUC/SP.
Mestre em Direito pela UFPA.

TEMA:

Recursos no Processo do Trabalho



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Márcio de Aguiar Ribeiro

Procurador do Trabalho (PRT 23ª Região).
Especialista em Direito Administrativo.

TEMA:

Regime Jurídico do Ministério Público
(Lei Complementar nº 75/1993
e Lei nº 8.625/1993)



CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Martha Kruse

Procuradora do Trabalho (PRT 4ª Região).
Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília/DF. Coordenadora Regional da COORDINFÂNCIA.

TEMA:

Precarização das condições
de trabalho



CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Renata Coelho

Procuradora do Trabalho (PRT 2ª Região),
Mestre em Direito pela Universidade Católica
de Brasília. Ex-Coordenadora de Ensino
da Escola Superior do MPU.

TEMA:
**Direito Antidiscriminatório: proteção
a minorias e a vulneráveis**

ESCOLA
ANPT

CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Renan Bernardi Kalil

Procurador do Trabalho (PRT 2ª Região), Doutor em
Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou
como pessoal associado na Relatoria Especial sobre
Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA)
da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2019.

TEMA:
**Organização Internacional do Trabalho (OIT),
estrutura, funcionamento e produção
normativa/ Relação de trabalho nas
plataformas digitais**

ESCOLA
ANPT

CURSO EXTENSIVO
**PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT**

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Ruy Fernando Gomes Leme Cavalheiro

Procurador do Trabalho (PRT 2ª Região), Mestre
em Direito pela Universidade Católica de
Brasília. Ex- Coordenador Regional da CONAP.

TEMA:
**Tráfico de Pessoas e trabalho em
condições análogas à escravidão**

ESCOLA
ANPT

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Silvio Beltramelli Neto

Procurador do Trabalho (PRT 15ª Região).
Pós-doutorado em Desenvolvimento Econômico
pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual
de Campinas – UNICAMP, Professor, autor de
artigos científicos e livros.

TEMA:
Teoria Geral dos Direitos
Humanos

ESCOLA
AMPT

CURSO EXTENSIVO
PREPARAÇÃO
ESTRATÉGICA
PARA O MPT

CONHEÇA NOSSOS PROFESSORES



Tadeu Henrique Lopes Da Cunha

Procurador do Trabalho (PRT 15ª Região).
Doutor em Direito pela Universidade de
São Paulo/SP, Coordenador Nacional
da CONAFRETE.

TEMA:
Precarização e fraudes nas
relações de trabalho

ESCOLA
AMPT

03/03

- Sugestão de destaque supressivo ao art. 167-G, constante do substitutivo do relator da PEC nº 186/2019.

04/03

- Aprovação do texto da PEC nº 186/2019 pelo Senado, em segundo turno, com a supressão ou alteração de dispositivos que, se mantidos, poderiam prejudicar sobremaneira a organização e o funcionamento do Poder Judiciário e do Ministério Público, como o art. 168-A, que cerceava o empenho e a movimentação financeira de despesas discricionárias. Fruto de trabalho específico das instituições e entidades de classe federais, as vedações impostas ficaram restritas, no âmbito da União, ao período de estado de calamidade pública, sendo que, inicialmente, vigorariam por dois anos.

- Lançamento da série “A FORÇA DA MULHER”, composta por vídeos em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Para acessar, clique em “assistir”.



Lydiane Machado e Silva
Vice-Presidenta da ANPT

 **ASSISTIR**



Elenita Silva
Gerente de Enfermagem

 **ASSISTIR**



Cida Pacheco
Cabeleireira

 **ASSISTIR**



Anaildes Sena
Operária, Dirigente Sindical e
Coordenadora do Coletivo Estadual
de Trabalhadores com Deficiência
da CUT Bahia.

 **ASSISTIR**



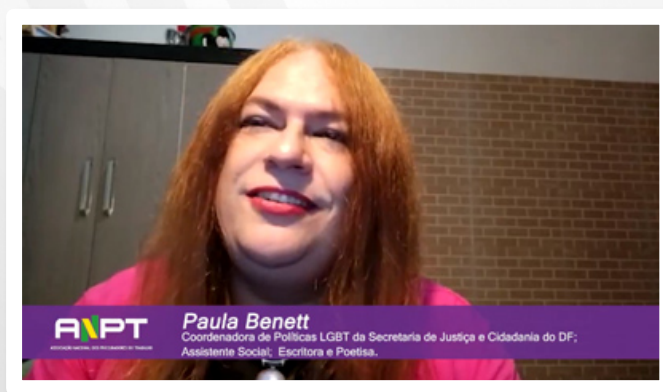
Ana Maria Villa Real
Procuradora do Trabalho,
Coordenadora Nacional da
Coordinfância do MPT

 ASSISTIR



Ana Carolina Lima V. Ribemboim
Procuradora-chefe do MPT em
Pernambuco

 ASSISTIR



Paula Benett
Coordenadora de Políticas
LGBTQIA+ da Secretaria de Justiça
e Cidadania do DF, Assistente
Social, Escritora e Poetisa

 ASSISTIR

LIVE
CEJUR / ESTÁGIO
Ministério Público do Trabalho • RJ

A discriminação da mulher no mercado de trabalho

04 de março
quinta-feira,
às 18h

Convidados:


José Antonio Vieira de Freitas Filho
Procurador Regional do Trabalho do MPT RJ
Presidente da ANPT


Mariana Mazzini Marcondes
Professora UFRN

Mediação:


Silvana da Silva de Suckow
Procuradora do Trabalho do MPT RJ

Apresentação:


Aida Ganz
Procuradora Regional do Trabalho do MPT RJ

Haverá emissão de **certificados**

Transmissão ao vivo:
 [Youtube /MPT-RJ](#)

 **MPT**
Ministério Público do Trabalho

➤ Participação do Presidente na *live* “A Discriminação da Mulher no Mercado de Trabalho”, promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos e pelo Programa de Estágio Acadêmico da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região.

08/03



Cláudia de Mendonça Braga Soares assume a área de comunicação da Escola Associativa, com voz e voto assegurados nas reuniões da Diretoria Executiva, quanto às matérias em pauta pertinentes às suas atribuições. A Procuradora do Trabalho é Diretora de Comunicação da ANPT.

 **ANPT**
Associação Nacional de Estágios do Ministério Público do Trabalho

➤ Por resolução do Presidente, a Diretora Cláudia Soares assume a coordenação das atividades de comunicação também da Escola da ANPT, com assento, voz e voto assegurados nas reuniões da Diretoria Executiva.



Card em homenagem ao Dia da Mulher.

- Mensagem do Presidente. [Acesse aqui.](#)
- Presidente participa da abertura da 1ª Conferência sobre Igualdade de Gênero do Ministério Público do Trabalho – Gênero e Interseccionalidade.

09/03

- Assembleia Geral Extraordinária para a autorização do ajuizamento de ação coletiva visando à reabertura do prazo para migração de regime previdenciário, nas mesmas condições originárias. Foram depositados 181 (cento e oitenta e um) votos favoráveis. Em prazo posteriormente concedido pelo Presidente, 80 (oitenta) colegas apresentaram autorizações avulsas.



➤ A Vice-Presidenta participa do Programa Band Entrevista. Em foco, a participação da mulher no mercado de trabalho.

10.03

- Reunião com a ANAMATRA, a ABRAT e o SINAIT. Em pauta, as objeções à edição do decreto de instituição do Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas.
- Reunião com representantes da CODEMAT. Em pauta, questões afetas ao trabalho em frigoríferos (pausas térmicas) e à Campanha Abril Verde.

11/03

- Publicação da Portaria PGR/MPU nº 29, que, em consonância com a tese que as entidades representativas dos(as) membros(as) do Ministério Público da União haviam defendido nos embargos de declaração opostos da resolução sobre a matéria, prevê, como auxílio-saúde, o ressarcimento das despesas com o Plan-Assiste, a título, indistintamente, de contribuições mensais e custeio, deduzida a contrapartida da União e até certo limite. [Clique aqui](#) e acesse o ato.
- Reunião com o Secretário do Trabalho para apresentação das objeções à edição do decreto de instituição do Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas.

- Reunião com a Comissão encarregada da condução do processo eleitoral relativo ao cargo de Conselheiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, vaga reservada ao Ministério Público do Trabalho, para definição da data de realização do debate entre os(as) candidatos(as)

12/03



- Card alusivo ao Mês da Mulher, com um trecho extraído da mensagem do Presidente.

- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre o aprimoramento da atuação da Política Institucional do Ministério Público de proteção integral às vítimas de infrações e atos infracionais (Processo nº 1.00705/2019-71), o aperfeiçoamento dos protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise no sistema de segurança pública e no sistema prisional (Processo nº 1.00703/2019-64), o acúmulo do exercício do magistério por parte dos(as) membros(as) dos Ministérios Públicos Estaduais e dos Estados (Processo nº 1.00165/2021-87), a determinação do registro de inquéritos civis em sistema informatizado de controle e afastamento da determinação de afixação de portarias e avisos nas dependências dos órgãos do Ministério Público brasileiro (Processo nº 1.00804/2019-53) e a instituição do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Processo nº 1.00126/2021-52).

15/03



- Participação da Vice-Presidenta no lançamento da Revista MPT em Quadrinhos – Mulheres no Mercado de Trabalho.



- Disponibilização da Carteira Digital de Associado(a) no Espaço do(a) Associado(a) do site da ANPT. [Clique aqui para emitir.](#)



- Participação do Presidente e da Vice-Presidenta na solenidade virtual de posse da nova Coordenadora da FRENTE ASSOCIATIVA, a Presidenta da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil. O Presidente José Antonio Vieira destacou a importância da frente associativa, registrando que a força do movimento advém da união das entidades que o integram.

16/03



- Reunião do Presidente, da Vice-Presidenta e da Diretora de Comunicação com a candidata e os candidatos ao cargo de Conselheiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga reservada ao Ministério Público do Trabalho, o Procurador do Trabalho Ângelo Fabiano Farias da Costa, a Procuradora Regional do Trabalho Ludmila Reis Brito Lopes e o Procurador do Trabalho Márcio Amazonas Cabral de Andrade. Em pauta, a realização e o formato do debate.

17/03

NOTA PÚBLICA

Entidades publicam nota contrária à “representação” por meio da qual a “Associação Nacional MP Pró-Sociedade” postulou a decretação de estado de defesa, supostamente em decorrência da pandemia da covid-19



- Nota Pública em conjunto com a ANPR, a CONAMP e a AMPDTF, contrária à representação da “Associação Nacional MP Pró-Sociedade”, que, em virtude da pandemia, defendera a decretação de estado de defesa.

CRÍTICAS À DECISÃO DA ADC 58: ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

17 DE MARÇO – DAS 17H30 ÀS 19H00

CANAL DA AJD NO YOUTUBE

REALIZAÇÃO



- Live organizada pela ANPT, pela AJD, pela ANAMATRA, pela ABRAT e outras entidades, com a participação do Procurador do Trabalho Sandoval Alves da Silva, da 8ª Região.

- Reunião com a Diretoria Executiva do Plan-Assiste/MPF. Em pauta, os contornos da *live* sobre o Programa.
- Reunião da Presidência e da Vice-Presidência com as Diretorias Financeira e de Comunicação, destinada à aprovação da contratação, pela ANPT, de mais um assessor de imprensa.

21/03

- *Card* alusivo ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

22/03

- ANPT cria cartão de aniversário para pensionistas, associados(as) agregados(as).

23/03

- Nova reunião com a Secretaria do Trabalho, na presença da ANAMATRA, da ABRAT e do SINAIT, sobre a minuta do decreto de instituição do Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas.

- Primeiro dia do evento de lançamento do Curso Preparação Estratégica para o MPT, da Escola da ANPT, com a participação do Presidente, da Vice-Presidenta, do Diretor Pedagógico, Patrick Merísio, e do Procurador do Trabalho Márcio Ribeiro.



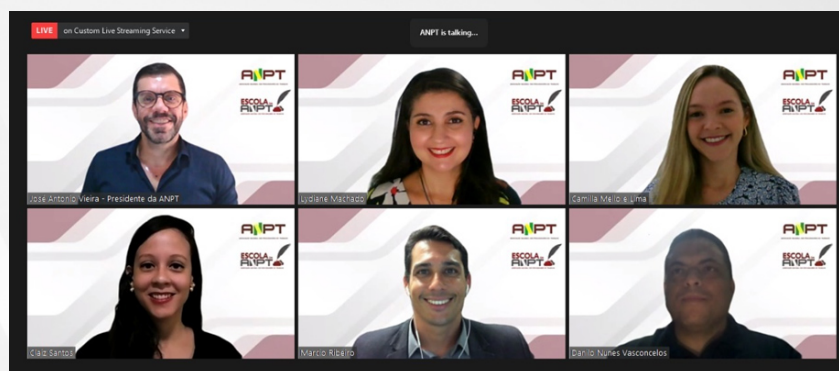
24/03

- Continuação do evento, com a participação do Diretor Pedagógico da Escola, da Diretora de Comunicação, do Procurador do Trabalho Ruy Cavalheiro e da Procuradora do Trabalho Andréa Tannus.



25/03

- Encerramento do evento. O Presidente, a Vice-Presidenta e o Procurador do Trabalho Márcio Ribeiro recebem o Procurador do Trabalho Danilo Nunes e as Procuradoras do Trabalho Camila Mello e Claiz Gunça, aprovados no XXI Concurso.



- Participação da Vice-Presidenta em reunião com o Deputado Federal Darci de Matos, para discussão da PEC nº 32 (Reforma Administrativa).

- Publicação da Portaria ANPT nº 01/2021, constituindo a comissão encarregada de dirimir, durante a realização do debate entre os candidatos e a candidata ao cargo de Conselheiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, qualquer omissão ou dúvida no respectivo regulamento e de apreciar questionamentos que refujam à competência do(a) mediador(a), constituída pela Procuradora Regional do Trabalho Abiael Franco Santos, pelo Procurador do Trabalho Marcelo Souto Maior, pela Procuradora do Trabalho Tathiane Menezes Nascimento e pelo Subprocurador-Geral do Trabalho aposentado Antonio Luiz Teixeira Mendes, este designado, pelo Presidente, coordenador dos trabalhos.



Procuradora Regional do Trabalho Abiael Franco Santos, indicada pela candidata Ludmila Reis Brito Lopes.



Procurador do Trabalho Marcelo Souto Maior, indicado pelo candidato Ângelo Fabiano Farias da Costa.



Procuradora do Trabalho Tathiane Menezes Nascimento, indicada pelo candidato Márcio Amazonas Cabral de Andrade.



Subprocurador-Geral do Trabalho aposentado Antonio Luiz Teixeira Mendes



➤ *Card de solidariedade às vítimas da Covid-19.*

- O Presidente reúne-se com os advogados da ANPT para tratar do ajuizamento da ação de migração de regime previdenciário.

26/03

- Reunião do Presidente e da Vice-Presidenta com os candidatos e a candidata ao cargo de Conselheiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público, para discutir os detalhes finais do debate.

29/03

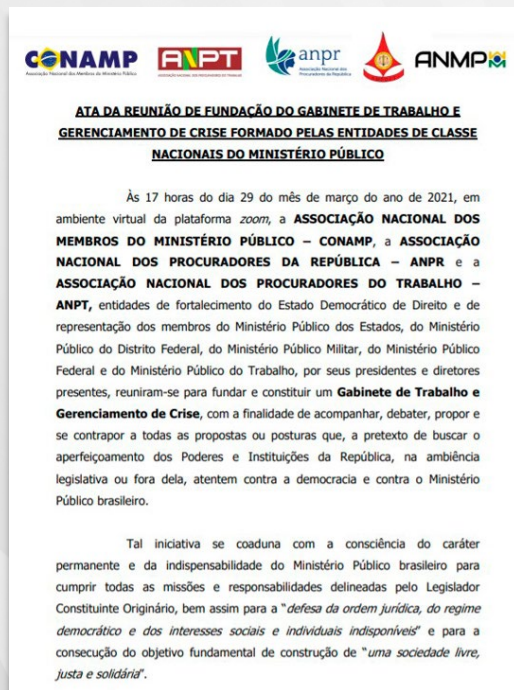
- Reunião dos Presidentes das entidades representativas dos(as) membros(as) do Ministério Público da União com a Secretária-Geral, Eliana Torelly, e o Secretário-Geral Adjunto, Paulo Santiago. Em pauta:



- 1) 17% de acréscimo no tempo de serviço de colegas homens, anterior à Emenda Constitucional nº 20/98. Consulta da Procuradoria-Geral do Trabalho [Processo nº 20.02.0001.0001507/2021-57. Ofício nº 932/2021 – SG/MPU (Protocolo PGR-00064587/2021) e Ofício nº 895/2021 – AUDIN (Protocolo PGR-00064590/2021)];
- 2) Licença-prêmio. Cômputo do período a que se refere a Lei Complementar nº 173/2020. Aquisição/Gozo/Conversão em pecúnia (Processo nº 1.00.000.011045/2020-14 – PGR);
- 3) STF. Tema 578. 5 (cinco) anos. Contagem na carreira para aposentadoria com os subsídios do cargo atualmente ocupado, independentemente do período em que o membro nele tenha permanecido. Observância e revisão administrativa das aposentadorias (Processo nº 20.02.0001.0007944/2020-85 – ANPT, encaminhado à PGR);
- 4) Horas de plantão. Folgas compensatórias/Conversão em pecúnia. Prescrição (Processo nº 20.02.0001.0002040/2021-22 – ANPT);
- 5) Diferenças de PAE (adendo ao requerimento administrativo conjunto s/nº PGR-00682054/2018 – Processo nº 1.00.000.020138/2018-15). Pagamento a pensionistas;
- 6) Vacina anti-Covid 19. Custeio pelo Plan-Assiste. Assunção/Reembolso de despesas;
- 7) Plan-Assiste. Ampliação de benefícios (Processo nº 20.02.0001.0005455/2020-51 – ANPT, encaminhado à PGR). Conselho Gestor. Aumento da representatividade das entidades que congregam os membros do MPU;
- 8) Situação de colegas que migraram de regime previdenciário. Benefício Especial/Teto da Previdência (Processo nº 1.00.000.022345/2019-87 – PGR);
- 9) Recadastramento telepresencial de aposentados (Processo nº 20.02.0001.000.7078/2020-90 – ANPT);
- 10) Tempo de serviço de advocacia sem contribuição previdenciária. Decisão do STF (ANPT – sentença judicial favorável);
- 11) Férias. Possibilidade de concessão do abono pecuniário, sem a necessidade de fruição de período de gozo pendente;
- 12) Aumento da participação dos membros de todos os ramos e das entidades que os congregam nos grupos de trabalho ou afins, constituídos no âmbito da Secretaria-Geral;

- 13) Quintos e situações ainda pendentes de definição pelo TCU (Processo nº 20.02.0001.0004791.2020-50 – ANPT; Processo TCU nº 17.382/2006-7);
- 14) GECCO. Auxílio-Saúde. Implementação. Novo quadro de receita corrente líquida do primeiro quadrimestre.

➤ Reunião com a Comissão de Acompanhamento do Processo Legislativo da Procuradoria-Geral do Trabalho. Em pauta, as proposições de interesse comum e o alinhamento de estratégias.



➤ A ANPT, a CONAMP e a ANPR fundam um Gabinete de Trabalho e Gerenciamento de Crise, com a finalidade de acompanhar, debater, propor e se contrapor a todas as propostas ou posturas que, a pretexto de buscar o aperfeiçoamento dos Poderes e Instituições da República, na ambiência legislativa ou fora dela, atentem contra a democracia e o Ministério Público brasileiro.

- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a criação do Banco Nacional de Elucidação de Crimes Violentos Letais Intencionais (Processo nº 1.00117/2021-61), a diminuição do prazo de distribuição dos feitos em casos específicos no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (Processo nº 1.00283/2021-02) e o projeto de consolidação das normas do CNMP na seara eleitoral (Processo nº 1.00274/2021-03).
- MPT EM AÇÃO.



30/03

- Transmissão, pelo canal da ANPT no *Youtube*, do debate entre a candidata e os candidatos ao cargo de conselheiro(a) do Conselho Nacional do Ministério Público.



- A ANPT, a ANPR, a CONAMP, a ANMPM e a ANMPDFT emitem Nota Pública contrária à investigação instaurada, de ofício, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, para a apuração de supostas condutas criminosas imputadas a membros(as) do Ministério Público Federal em detrimento de integrantes da Corte. [Clique aqui](#) para acessar.

- Participação do Presidente no lançamento do livro *"Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica"*, editado em homenagem ao associado aposentado Everaldo Gaspar de Andrade, Doutor, Professor e Escritor.



1º/04

- Indicação da Diretora Social e de Eventos, Cindi Ellou Lopes, como representante da ANPT na Comissão Julgadora do Prêmio CNMP, Edição 2021.

04/04



➤ Card alusivo à celebração da Páscoa.

“De nada adiantará, a quem vive em crise de autoestima, amar o próximo como a si mesmo. Por outro lado, quem se ufana exageradamente de seus próprios valores, conceitos e princípios tende a abominar diferenças. Proclamar o amor a Deus sobre todas as coisas, sem reflexão, poderia nos fazer esquecer, por excesso de apego ao etéreo, do que é humano. A rigor, portanto, devemos nos amar como nosso Criador sabidamente nos ama”.

[trecho da mensagem dirigida pelo Presidente aos(às) associados(as)].

➤ MPT EM AÇÃO.



06/04

- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a regulamentação do exercício do poder de polícia institucional (Processo nº 1.00128/2021-60), a atuação disciplinar, correições e inspeções no Ministério Público (Processo nº 1.00269/2021-37), a atuação dos(as) membros(as) na defesa da criança e do adolescente (Processo nº 1.00280/2021-33) e a consolidação de normas internas sobre vedações impostas aos(às) membros(as) do Ministério Público (Processo nº 1.00281/2021-97).

- Participação do Presidente, da Vice-Presidenta e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas em evento organizado pela 12ª Região, para marcar a aposentadoria do Procurador do Trabalho Jaime Roque Perottoni.

**07/04**

- Reunião do Gabinete de Gerenciamento de Crise.

08/04

- Nota de Esclarecimento acerca do resultado da ação penal proposta, pelo Ministério Público, em face do empresário Flávio Rocha, por ofensa dirigida a associada (Caso Guararapes).

09/04

- Participação da Vice-Presidenta em reunião com o Deputado Federal Fábio Trad, para tratar do Projeto de Lei que visa à redução do período de férias dos(as) membros(as) da Magistratura e do Ministério Público.
- Divulgação da sentença proferida nos autos da ação coletiva nº 1014728-48.2020.4.01.3400, restabelecendo as alíquotas previdenciárias anteriores à PEC nº 103/2020 e determinando a devolução dos valores descontados em percentual superior, com concessão de tutela de urgência.
- Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre regras gerais do concurso de ingresso na carreira do Ministério Público (Processo nº1.00271/2021-42) e a consolidação de normas internas sobre diárias e passagens (Processo nº 1.00275/2021-67).

12/04

- Reunião da Diretoria Executiva da Escola da ANPT, para tratar de novas ferramentas tecnológicas.

13/04

- Requerimento da ANPT, da ANPR, da ANMPDFT e da ANMPM, ao Procurador-Geral da República, para preservação do direito à aquisição, ao gozo e a conversão em pecúnia da licença-prêmio, a despeito da limitação temporal prevista na Lei Complementar nº 173/2020.
- Requerimento à Diretoria-Geral Adjunta da Escola Superior do Ministério Público da União, para garantia de acesso à Plataforma *Metzzer* por membros(as) aposentados(as) que se dedicam à produção acadêmica, científica e literária.

CICLO DE PALESTRAS

Escola da ANPT

13/04/2021,
às 18h
(Horário de Brasília)

TEMA:
A resposta do Direito do Trabalho Alemão e da União Europeia à crise da Covid-19

PALESTRANTE



Jens M. Schubert

Graduação em Direito pela Universidade de Frankfurt. Aprovação no Exame Estadual de Qualificação para Advogado e Juiz – Tribunal Regional Superior – Frankfurt. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Hannover. Doutorado (PhD) pela Universidade de Odenburg. Professor Associado na Universidade de Luneburg – Escola de Direito Leuphan. CEO da Associação Federal de Bem Estar dos Trabalhadores. Membro de várias organizações jurídicas e sociais.

Apresentação:
Patrick Maia Merisio
Diretor pedagógico

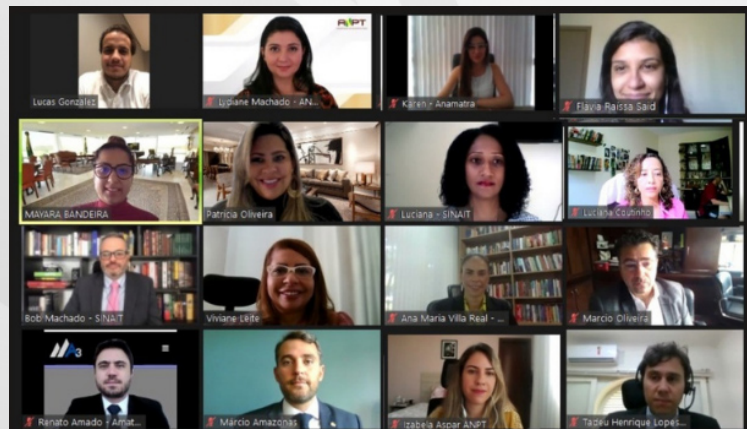
Mediadora:
Lorena Vasconcelos Porto
Procuradora do trabalho

Transmissão pelo canal da Escola da ANPT no YouTube

ESCOLA ANPT

➤ Palestra “A Resposta do Direito do Trabalho Alemão e da União Europeia à Crise da Covid-19”, com o Professor Jens M. Schubert, promovida pela Escola da ANPT. [Clique aqui para assistir.](#)

- Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a consolidação das normas que dispõem sobre os critérios para permuta entre membros(as) do Ministério Público, bem como para promoção e remoção por merecimento (Processo nº1.00278/2021-28).
- Participação da Vice-Presidenta em reunião com o Deputado Federal Lucas Gonzales, para discussão de projetos de lei relativos ao estágio, à aprendizagem e ao depósito recursal em processos trabalhistas.



15/04

- Requerimento da ANPT, da ANPR, da ANMPM e da ANMPDFT, ao Procurador-Geral da República, para implementação do recadastramento de aposentados(as) e pensionistas por meios telemáticos.

PLAN-ASSISTE:
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER

15 de abril, a partir das 17 horas

Sônia Márcia Fernandes Amara
Diretora Executiva do Plan-Assiste/MPF e Coordenadora do Conselho Diretora do Plan-Assiste/MPU

Raimundo Francisco de Aguiar Sousa
Diretor Assessor e de Coordenação do Plan-Assiste/MPF e Assessor Jurídico do Conselho Gestor do Plan-Assiste/MPU

• Apresentação •

José Antonio Vieira
Presidente do ANPT e Conselheiro Gestor do Plan-Assiste

Lydiane Machado
Vice-Presidente do ANPT

André Canuto
Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios

ANPT

• Transmissão pelo canal da ANPT no YouTube
• Link restrito aos associados

- Live "PLAN-ASSISTE – TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER".
[Clique aqui para assistir.](#)

- O Presidente participa de audiência designada pela Corregedoria da Justiça do Trabalho da 3ª Região, em virtude de representação apresentada contra juíza que agrediu verbalmente uma associada e todo o Ministério Público.

19/04

ESTADÃO  Política

POLÍTICA |   ...

Alteração da composição do CNMP é desnecessária e inconstitucional

Estabelecidos no texto da Constituição pela Emenda 45/2004, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) são órgãos de controle administ (...) [Leia mais](#)




Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Fábio George Cruz da Nóbrega, José Antonio Vieira de Freitas Filho, Trajano Sousa de Melo e Edmar Jorge de Almeida*

19 de abril de 2021 | 20h06

➤ Publicação de artigo escrito pelos Presidentes das entidades representativas dos(as) membros(as) do Ministério Público da União, no Estadão, sobre a proposta de alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

➤ Oposição de embargos de declaração nos autos da ação proposta contra a elevação das alíquotas previdenciárias, visando à ampliação do rol de beneficiários(as) da sentença de procedência.

26/04



*Imunizar-se é um ato de prevenção e de amor - a si e ao próximo.
Entre nessa corrente de cidadania e responsabilidade.
Vacine-se! E não se esqueça da segunda dose, necessária à eficácia da proteção!*

➤ Campanha por vídeo: “Vacine-se. Imunizar-se é um Ato de Prevenção e de Amor – a Si e ao Próximo”, com imagens de associados(as) se imunizando contra a Covid-19. [Clique aqui para assistir.](#)

27/04

➤ Card alusivo ao Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho.

29/04

- Referendada, pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, a decisão do Procurador-Geral do Trabalho, que, a requerimento da ANPT, determinara liminarmente a suspensão da aplicação do limite temporal previsto no § 3º do art. 7º da Resolução CSMPT nº 167/2019, enquanto perdurarem as vedações ou restrições a deslocamentos e aglomerações de pessoas decorrentes da pandemia (PGEA Nº 20.02.0001.0002040/2021-22).
- O Presidente e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com membro do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, para tratar do processo em que se busca a manutenção das vantagens "quintos/décimos/opção".

30/04

- O Presidente concede entrevista à Carta Capital, sobre a precarização das relações de trabalho, no contexto da pandemia. [Clique aqui para ler.](#)

ANPT NA MÍDIA

“A PANDEMIA AGRAVA A PRECARIZAÇÃO”

José Antonio Vieira de Freitas Filho, presidente da ANPT,
lamenta a falta de suporte financeiro a trabalhadores

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, José Antonio Vieira de Freitas Filho observa que muitos empresários se valem da crise para subtrair direitos dos trabalhadores, mesmo quando não estão passando por dificuldades financeiras insuperáveis, e critica a inexistência das autoridades em conceder auxílios aos desempregados e profissionais afetados do trabalho. A íntegra da entrevista está disponível em www.cartacapital.com.br.

CartaCapital: Em que medida a pandemia afeta os trabalhadores mais suscetíveis à violação de direitos?

José Antonio Vieira de Freitas Filho: A crise sanitária expõe os trabalhadores, a um só tempo, à infecção, com defeito às vezes trágico, e a maior precarização ou sonegação de direitos. Muitos se contornam no exercício das funções porque não estão adequadamente protegidos. Com a estagnação da economia, empresários, sobretudo os de micro e pequeno portes, têm naturais dificuldades de cumprir com as obrigações

trabalhistas, não raramente, são obrigados a suspender ou a encerrar a atividade empresarial, circunstância que aumenta o índice de desemprego. Há, porém, os que se valem da crise como argumento para o rompimento dos contratos de trabalho ou para a subtração de direitos, a despeito de qualquer real comprometimento econômico insuperável.

CC: Quais são os setores mais vulneráveis?

JAV: Muitos trabalhadores, principalmente os que se dedicam às denominações das atividades essenciais, como os entregadores demandados por aplicativos e os profissionais da área de saúde, têm trabalhado à exaustão, comumente sem os mínimos equipamentos de proteção necessários, o que aumenta exponencialmente o risco de



Edição impressa
ANO: XXVI
Nº 1155



contaminação, individual e coletiva. O quadro também é bastante preocupante no âmbito do trabalho doméstico, com o deslocamento frequente residência-trabalho-residência.

CC: Apesar das recomendações de autoridades sanitárias, muitos trabalhadores não têm escolha, precisam sair de casa para sustentar a família. Como resolver essa impasse?

JAV: Confesso que me sinto um pouco incomodado ao constatar que algumas autoridades públicas, notadamente do Legislativo e do Executivo, consideram os pobres particularmente onerosos ao Estado. Mesmo durante uma crise sanitária de cuja gravidade não é possível duvidar, resisto, por exemplo, à concessão de auxílios à grande massa de desempregados ou aos compulsoriamente afetados do trabalho. Ao longo da nossa história, não vimos, porém, igual resistência quando instituições bancárias foram beneficiadas da ajuda estatal. Se é certo que se deve lutar pela higiene da ordem econômica e financeira nacional, também é que não se pode descuidar da vida, da saúde e da dignidade de nossa gente.



Má-fé: “Usar a crise para subtrair direitos”

1º/05

➤ Card alusivo ao Dia do Trabalho.

- Entrevista do Presidente à Rádio Justiça e ao *Blog* do Servidor do Jornal Correio Braziliense. Clique para [ouvir](#) e [ler](#).

03/05

- Protocolizada a petição inicial da ação para a reabertura do prazo para migração de regime previdenciário, com requerimento de tutela de urgência.

07/05

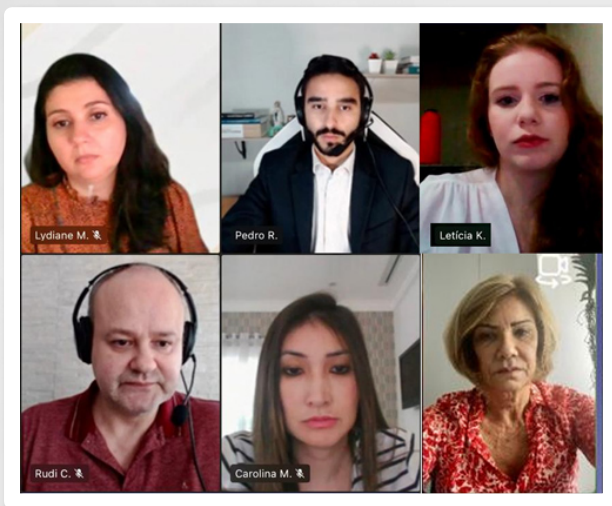
➤ MPT EM AÇÃO.

**09/05**

➤ Vídeo em homenagem ao Dia das Mães. [Clique aqui para assistir.](#)



11/05



➤ Reunião da Vice-Presidenta, da Diretora de Assuntos Jurídicos e da Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas com os advogados contratados pela ANPT. Em pauta, análise de ações cabíveis para manutenção das vantagens “quintos/décimos/opção”.

11.05

➤ O Vice-Procurador-Geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, em resposta a requerimento da ANPT, determina “a adoção de interpretação no sentido de que, na apreciação dos pedidos de aposentadoria amparados nas regras previstas nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005, em qualquer das carreiras no âmbito do Ministério Público da União, a exigência de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria seja compreendida como 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira”. Assegurou-se, ainda, a revisão das aposentadorias porventura concedidas em desconformidade com a nova orientação, tal como também postulado pela ANPT.

15/05

- A atual Diretoria completa um ano de mandato. O Presidente e a Vice-Presidenta dirigem-se aos associados e às associadas.

“Prezadas e prezados colegas,

A gratidão externada por nosso querido José Antonio na mensagem anteriormente postada é a mesma que habita meu coração.

Há um ano, mais precisamente em nossa cerimônia de posse, afirmei com um poema de Cora Coralina que ‘tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço em minhas pernas, mais esperança nos meus passos do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça!’ A par da minha história de vida, é imperioso reconhecer que o chão, a esperança e a estrada a que a poetisa se refere, ficaram, ao longo desse ano, mais fortes porque pude contar com o inestimável apoio dos(as) associados(as). Obrigada pelo voto de confiança e pelas demonstrações de carinho que tenho recebido. Tudo é para o bem e o engrandecimento de nossa Classe e pela efetivação da Justiça Social.

É fundamental ressaltar que o medo da minha cabeça ainda existe, mas hoje é insignificante perto do acolhimento que recebi e recebo de Zé Antonio, meu presidente amado, meu amigo e parceiro. Dedico-lhe especial agradecimento por tudo o que aprendi e aprendo e por estar sempre cercada de imensurável respeito e afeto. Minha admiração por você só aumenta.

Adriane, Ana Gabriela, André, Antonio, Bruno, Carol, Cindi, Cláudia, Denise e Paulo vocês tornam tudo mais leve! Saber que ao meu lado estão Procuradores e Procuradores aguerridos(as), engajados(as) e ciosos(as) de seus deveres é um bálsamo que alivia a caminhada. Muito obrigada.

À equipe da ANPT externo igualmente minha gratidão. Vocês são fundamentais para a realização de um trabalho de qualidade.

No mais, e para não me alongar demasiadamente, adiro aos agradecimentos já feitos pelo Presidente.

Finalizo, reiterando o meu compromisso com cada uma e com cada um de empregar todo o meu empenho em benefício de nossa Classe e da Sociedade e desejando que sejamos sempre amor em tudo,

'Pois de amor andamos todos precisados, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender e perdoar, ir para frente'. Carlos Drummond de Andrade.

Sigamos cheios de amor e de esperança.

Um afetuoso abraço,

Lydiane Machado".

"Prezadas e prezados colegas,

Caríssimas amigas, caríssimos amigos,

No último dia 15 de maio, a atual Diretoria completou um ano de mandato, sujeito, desde o início, às notórias vicissitudes da pandemia. Parece que foi ontem. Já são, porém, trezentos e sessenta e cinco dias.

Quanto mais temos, por dever de ofício, de falar e/ou de escrever, mais naturalmente nos repetimos. No que me concerne, admito a repetição, sem culpa.

Sim, eu me repito e repito, frequentemente, o que de bom e construtivo meus amigos e minhas amigas dizem e fazem. Como Adriana Calcanhoto, aliás, eu também 'presto muito atenção no que meus irmãos e minhas irmãs ouvem'. Afinal, somos paradigmas uns(umas) dos(as) outros(as). A um só tempo, espelho e reflexo.

O atual cenário político e econômico claramente não nos é favorável e as dificuldades do movimento associativo agigantaram-se. Não há um dia sequer de trégua na defesa das superiores aspirações da sociedade, da instituição, da categoria e de cada um(a) dos(as) seus(suas) integrantes.

A luta, multifacetada e complexa, não cessa!

O lídimo orgulho de representar a nossa Classe, talvez a mais homogênea no âmbito da Magistratura e do Ministério Público, assegurada a elevação da alma, realmente faz todo e qualquer sacrifício valer a pena.

Em breve, publicaremos o relatório do primeiro ano de gestão. Espero sinceramente que todas e todos estejam satisfeitos(as) com o que tem sido feito. Por ora, quero simplesmente agradecer. Antes de qualquer outra coisa, o voto de confiança e, principalmente, o apoio constante. Juntos(as), nos fortalecemos sobremaneira.

Lamento profundamente ainda não ter podido demonstrar por abraços apertados o quanto me sinto honrado por presidir a ANPT!

Tenho a certeza, todavia, de que tudo o que ora nos aflige e maltrata a nossa gente passará! Nós, 'passarinhos', continuaremos fieis ao pendor de voar.

Muitíssimo obrigado à copresidenta Lydiane, por ter aceitado o encargo e por verdadeiramente estar a serviço do bem comum! Nem sei como expressar, em palavras, a tamanha admiração.

Muitíssimo obrigado às Diretoras e aos Diretores Adriane, Ana Gabriela, André, Antonio, Bruno, Carol, Cindi, Claudia, Denise e Paulo!

Vocês se tornaram mananciais de segurança e aconchego!

Muitíssimo obrigado aos(às) integrantes do Colégio de Delegados(as) e do Conselho Fiscal!

Com um índice de filiação de quase 100%, a ANPT pode se orgulhar de ter em seus quadros o atual Procurador-Geral do Trabalho, a Vice-Procuradora-Geral, os Conselheiros e Conselheiras do Conselho Superior, os membros das Câmaras e das Subcâmaras de Coordenação e Revisão, o Corregedor-Geral e a Ouvidora. É extremamente gratificante constatar que nunca faltaram, na interação recorrente e imprescindível, sensibilidade, mútua consideração, senso crítico e o desejo de avançar, construir ou aprimorar.

Muitíssimo obrigado às entidades parceiras, mormente às que integram a FRENTAS (ANPR, AMPDFT, ANMPM, CONAMP, ANAMATRA, AMB, AJUFE e AMAGIS), pois os esforços coletivos e concertados têm sido fundamentais à preservação dos direitos, vantagens, garantias e prerrogativas da Magistratura e do Ministério Público, assim como ao enfrentamento das inúmeras e sucessivas tentativas de desconstrução do que é essencial à democracia e à efetivação do ideário da justiça social.

Muitíssimo obrigado à equipe da ANPT!

Devemos reconhecer que a estrutura associativa ficou pequena diante da escalada dos desafios. A propósito, acabamos de admitir mais um profissional da área de comunicação. O próximo passo será a contratação de 2 (dois) aprendizes, algo bastante significativo entre nós.

Precisamos refletir sobre a necessidade e a conveniência da ampliação do número de cadeiras da própria Diretoria, até para que possamos aumentar a representatividade dos(as) associados(as) aposentados(as).

Enfim, há e sempre haverá muito a fazer!

Renovo o compromisso de envidar os maiores e melhores esforços!

Um forte e fraterno abraço.

José Antonio Vieira".